

GEISEL QUER IMPEDIR O POVO DE ORGANIZAR NOVOS PARTIDOS

O pacote das reformas políticas aprovado agora pelo Congresso Nacional busca entrar a formação de partidos populares. Com habilidade, o governo desviou a atenção dos aspectos da reordenação partidária, para uma hipotética derrota da figura do senador biônico. E o MDB engoliu. Entretanto, as articulações para criação de novas agremiações mais definidas política



e ideologicamente, sejam rotuladas de "populares", "socialistas", "trabalhistas" ou "dos autênticos", prosseguem intensamente com o avançar da campanha para as eleições de novembro. O que virá depois? Um PS? Um novo PTB? Um MDB "depurado"? É o assunto da pág.5. Leonel Brizola, Francisco Weffort e Airton Soares estão nas págs. 6 e 7.

Congresso dos metalúrgicos apontará alternativas para estrutura sindical

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL - NÚMERO 31 - 2 A 8 DE OUTUBRO DE 1978

Inspirada no modelo fascista de Mussolini, a legislação que organizou o sindicalismo brasileiro (a CLT de 1943) será o alvo principal das críticas dos operários de São Bernardo do Campo, durante o encontro de base pro-

movido pelo Sindicato dos Metalúrgicos, cujo presidente, o Lula, acha que é hora de fazer propostas concretas para "tirar o sindicalismo do atoleiro". Do congresso, sairá o primeiro projeto de alternativas para modificação da es-

trutura sindical vigente. (Pág.3)

Em Minas

Por outro lado, numa disputa apertada, a assembléia

dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem deliberou fazer acordo com os patrões, na campanha salarial deste ano, e aceitar a proposta da Delegacia Regional do Trabalho, de aumento de 12% para os trabalhadores

que ganham até três salários mínimos. Na votação, esta proposta obteve 245 apoiadores, contra 235, daqueles que defendiam a continuidade da luta reivindicatória para conseguir 20%. Foi a maior assembléia já realizada des-

de 1968, no Sindicato, na noite de quinta-feira: começou com cerca de dois mil metalúrgicos, mas esvaziou-se e apenas 480 participaram da deliberação. O desenrolar da campanha está na página 3.



TERROR

Um dossiê completo dos últimos atentados (Pág. 4)

ANISTIA

Foi assim em 1945. E agora? (Pág. 12)



'Tia', 65 anos, banida do Brasil.

Tercina Dias de Oliveira, "A Tia", participante do grupo guerrilheiro que se instalou no Vale da Ribeira sob o comando de Carlos Lamarca, foi banida do território nacional em 1970, no grupo de prisioneiros políticos trocados pelo embaixador alemão Von Holleben. Depois de passar pela Argélia fixou-se em Havana. A vida e a luta da "Tia". Pág. 12

CINEMA

Curta-metragem, a longa jornada. (pág. 8)



Semprun, à esquerda do eurocomunismo

Jorge Semprun, ex-dirigente do Partido Comunista Espanhol, autor de "A Longa Viagem", "A Segunda Morte de Ramon Mercader" e "A Autobiografia de Federico Sanchez", discute, numa entrevista ex-

clusiva, as razões de sua expulsão do partido (junto com Fernando Claudin), a estratégia de esquerda do eurocomunismo e as relações do partido com as massas.

"Acabou o jogo-alegria-do-povo"

Dom Paulo Evaristo Arns, em carta enviada ao EM TEMPO, comenta a situação do futebol hoje, no Brasil.



Para o Jornal "EM TEMPO":

Ultimamente, o povo vem se desinteressando do futebol, como é possível verificar pelas arquibancadas sempre mais vazias. E não é por faltarem os incentivos da propaganda, presentes em todas as noites nas tevês e rádios, nem mesmo pelo número de confrontos entre as equipes estaduais e nacionais, que sempre acordaram as torcidas.

O povo se cansa e até se irrita pelas manhas dos jogadores, por suas violências ao longo dos noventa minutos, sua insistência nos "bichos" e passes sempre mais caros e frequentes.

Acabou o jogo-alegria-do-povo. Entrou o consumo, reservado a poucos. Os que estão nas arquibancadas já não participam. Passaram à mera condição de espectadores, vítimas de maneirismos e politicagem. Nem mesmo as extravagâncias e os comentários de um Vicente Mateus e as declarações ingênuas de alguns jogadores conseguem mexer com o povo.

Os clubes, que antes eram como a pequena família e que interessavam grandes famílias em torno deles, passaram a ser "peg-pays", "jumbos" ou "superbons", acessíveis só à classe de consumo.

Futebol só é bom, quando todo o povo joga junto com os onze e sabe que os que estão em campo de fato fazem parte de sua tribo. Mas, para tanto, também as crianças e os jovens deveriam ter seus campos de futebol e de lazer, para aí se empenharem a fundo e saberem quanto custa um gol e quanto vale o espírito de equipe.

O futebol se separou do povo, assim como o governo e as classes produtoras o vêm fazendo há tantos anos.

São Paulo, 26 de setembro de 1978.

Paulo Evaristo, CARDEAL ARNS

Semana do Proibido em Minas Gerais

Fazendo uma avaliação da "Semana do Proibido", as diversas entidades promotoras da manifestação contra a censura, realizada entre 30 de agosto a 5 de setembro em Belo Horizonte, elaboraram um documento, do qual publicamos os principais trechos. A semana constou, entre outras atividades, de um debate sobre a ação da censura, exibição do filme "Iracema", leitura dramática da peça "pática", um show com músicas censuradas e leitura de poesias proibidas, destacando-se as de presos políticos. Promoveram a "Semana do Proibido" a APATEDEMG (Associação dos Profissionais, Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões de MG); FETEMIG (Federação de Teatro de MG); Em Tempo; De Fato; DCE-UFMG; DCE UCMG; Teatro Resistência da UFMG; Centro Mineiro de Cultura Popular; Grupo Mineiro de Desenho; Revista Punhal; Federação Mineira de Cine-clubes. No documento de avaliação eles afirmam:

"A repressão não agiu de modo ostensivo. O respaldo para a realização da Semana foi dado pelo grande número de pessoas que se reunia na mesma sala, contestando, através de uma ação voluntária, um ato de desrespeito à legislação vigente. Legislação que se pretende radicalmente transformada por - no mínimo - não corresponder à realidade do País. Foi a participação do público que, por exemplo, transformou a leitura dos poemas de presos políticos numa

emocionante manifestação pela anistia.

A semana foi o primeiro trabalho conjunto realizado por algumas entidades da área cultural de Belo Horizonte. Seus representantes se reuniram, relataram suas experiências específicas no relacionamento com a censura, discutiram seus interesses comuns, perceberam a necessidade e a utilidade de permanecerem juntos, concluíram que só uma ação prática poderia determinar a possibilidade concreta de trabalho conjunto e, finalmente, identificaram a luta pela liberdade de expressão como sua causa comum e mais própria dentro do amplo movimento pela derrubada do regime militar.

A discussão, no último dia, das possibilidades de continuação da luta contra a censura conduziu à aprovação de propostas para a realização da Semana do Proibido em bairros da periferia da cidade, nas cidades do interior do Estado e, ainda, a nível nacional e a criação do Movimento pela Liberdade de Expressão, tendo como núcleo básico as entidades que promoveram a Semana. Essas entidades vêm se reunindo periodicamente, buscando formas de organização, tentando se articular com outras associações interessadas no movimento e procurando meios de integrá-las no trabalho que estão executando. Qualquer comunicação nesse sentido deve ser feita para o Movimento pela Liberdade de Expressão, na sede cultural do DCE da UFMG, à Rua Gonçalves Dias, 1581, em Belo Horizonte".

A "moral" contra o homossexualismo

Tratar o homossexualismo de uma maneira grotesca e preconceituosa, como, por exemplo, através das notícias veiculadas no jornal "Notícias Populares": pode. Tratar o homossexualismo de uma maneira séria, analisando suas implicações sociais: não pode. E isso, pelo menos, que as diversas formas de pressão que estão sendo feitas contra jornalistas e publicações tentam demonstrar.

O primeiro a ser atingido por esta onda de "moralismo" foi o jornalista Celso Curi, que escrevia a "Coluna do Meio", no jornal "Última Hora", de São Paulo. Há um ano, Celso vem respondendo a um processo, podendo ser enquadrado na Lei de Imprensa, por "incitar encontros entre anormais" conforme diz a acusação.

Outra tentativa de intimidação foi feita à poucos dias, quando seis jornalistas da revista "Isto É" prestaram depoimento, no 4º Distrito Policial. O delegado Antônio José Lacorte queria saber a participação de cada jornalista na elaboração da matéria "Os Gays Sairam à Luz", publicada na edição de 28 de dezembro de 1977. O inquérito deverá ser concluído dentro de, aproximadamente, 20 dias posteriormente será enviado à justiça para

que o promotor ofereça ou não denúncia contra os jornalistas, peça arquivamento da matéria ou novas investigações.

Também o jornal "Lampião", cuja temática é o homossexualismo, não escapou às pressões. Segundo o último número do "Pasquim", dois jornalistas do "Lampião" prestaram depoimentos, no Rio de Janeiro. Analisando as pressões à revista "Isto É", além das outras, o editorial do "Lampião", em seu último número, afirma que "essa tentativa de moralizar pode ser vista como um meio de satisfazer os grupos mais conservadores que estão descontentes com a "abertura lenta e gradual".

Um jornalista do "Lampião" comenta que o outro dado para se analisar essas perseguições é o de que "agora nós começamos a protestar. E afinal de contas estamos em um país onde é considerado que não existe racismo, assim como o homossexualismo é tratado como se não existisse, como se fosse apenas um problema psiquiátrico e não social".

Na mesma linha de pressão pode ser vista ainda a censura ao livro "Relatório Hite" que trata, num de seus capítulos, da questão do homossexualismo feminino.

Professores unidos na Paraíba

Com a presença de cerca de oitenta professores, realizou-se 16 de setembro em João Pessoa-PB, uma Assembleia para discutir e aprovar vários pontos com vistas à formação da Associação dos Professores Universitários da Universidade Federal da Paraíba - Seção João Pessoa. Para os professores a Associação é uma necessidade sentida por todos com o único meio de fazer valer os direitos da categoria frente à burocracia universitária e frente à política educacional do país. A Assembleia discutiu e aprovou os objetivos que deverão nortear toda a política da Associação.

Em Campina Grande onde se situa um dos campus da UFPB, os professores estão trabalhando e se articulando com vistas a formação de sua associação. Duas

assembleias já ocorreram sendo que na última assembleia o plenário aprovou a formação de uma comissão encarregada de elaborar o Ante-Projeto dos Estatutos da Associação, como também a data da Assembleia de fundação, marcada para o dia 3 de outubro. Tanto em João Pessoa como em Campina Grande os professores diante do quadro de instabilidade profissional, das disponibilidades salariais entre professores, dos problemas relacionados a Pesquisa e sobretudo, diante da situação de mistério a que estão submetidos frente aos problemas vitais que afligem a Universidade e o país lutam por uma saída: a formação de uma Associação de Professores que atue de forma democrática, independente e combativa.

Chegou a vez dos metroviários de São Paulo

Em Assembléia convocada pela Associação dos Empregados da Cia do Metropolitan de São Paulo (AEMESP), para a sexta-feira 22/9, cerca de 250 funcionários do Metrô Paulista aprovaram por unanimidade o encaminhar de um abaixo assinado, a ser passado por todos os departamentos da empresa, exigindo abono imediato de 20% em seus salários.

Os metroviários, no entanto, há três anos não vêm recebendo, como era de praxe anteriormente, as antecipações salariais normalmente concedidas em setembro; e baseiam suas reivindicações de 20% nos índices do DIEESE, que calcula a alta do custo de vida, entre março e agosto, deste ano, em 19,60%. A classe reivindica também um piso salarial de Cr\$ 4.000,00, a ser anualmente reajustado com bases nos índices oficiais.

A Cia. do Metrô paulista conta com cerca de 3.600 funcionários a maior parte nos setores de operações e manutenção e bilhetagem, dos quais 2.100 são associados a AEMESP.

O vice-presidente da Associação, Furtado, fala sobre as condições de salário e trabalho dos funcionários do Metrô

"A situação do metroviário vem, na verdade, piorando gradativamente, desde que este entrou em sua fase

operacional definitiva. Na fase de implantação a Companhia necessitava dos melhores técnicos e então precisava pagar melhores salários. Com a conclusão da instalação, nos setores vitais a coisa foi começando a ficar cada vez mais feia. Apesar de ser o metrô mais sofisticado e limpo do mundo seus funcionários operacionais são obrigados a trabalhar 8 horas seguidas sem horário para alimentação, não têm nem direito a transporte gratuito no metrô, além de estarem expostos a problemas de audição, visão e pulmões provocados por ruídos de freagem dos carros, saídas repentinas de dentro dos túneis e uma poluição de lâmina de ferro que sai dos trilhos que fica em suspensão no túnel".

A todos esses problemas a Cia. alega que "não se tem uma noção exata de como resolvê-los".

A AEMESP existe a pouco mais de 3 anos e legalmente ainda não é considerada uma associação profissional, na verdade nem a profissão de metroviário é reconhecida pela CLT, embora exista no catálogo de classificação do Imposto de renda. Desde o início de 78 a Associação tem um processo em mãos da Comissão de Enquadramento Sindical, esperando resposta do pedido de reconhecimento como representante legal dos trabalhadores do setor.

O OPERÁRIO NO CINEMA BRASILEIRO

O lançamento do Cine Clube "Hora e Vez" acontecerá com o ciclo "O Operário no Cinema Brasileiro" às segundas e terças feiras, durante as próximas três semanas, às 20:30 hs, no Teatro da Aliança Francesa, Rua General Jardim, nº 182, em São Paulo. Na programação: Migrantes, Trem Fantasma, A Queda, Os Libertários, Acidentes de Trabalho, Trabalhadores Metalúrgicos, Os queixadas, Só o amor não basta, Operários da Volks na Alemanha e no Brasil, Viramundo, Pedreira-Onibus, Pedreira de São Diogo e Pau prá toda obra. As sessões serão acompanhadas de debates, do cine-jornal DIP e curtas metragens.

FINAIS

ESTUDANTES/ Será realizado nos próximos dias 3 e 4 em São Paulo, o IV Encontro Nacional dos Estudantes.

Através de delegados tirados nas escolas, os estudantes pretendem discutir sua posição perante as eleições parlamentares de 15 de novembro e tirar uma posição sobre as lutas que o movimento estudantil pretende levar nacionalmente, entre elas o Dia Nacional de Repúdio às eleições indiretas. Além disso a discussão mais importante do Encontro será em torno da questão da reorganização da União Nacional dos Estudantes, a UNE, discussão essa que poderá marcar o Congresso de reconstrução da entidade ainda para o próximo ano.

ESTRÉIA/ No próximo dia 4, em São Paulo, será lançada a última peça de Augusto Boal, "Murro em ponta de faca". Gianfrancesco Guarneri, comentando a peça, afirma: "Não é uma peça sobre o "banzo", estilo "minha terra tem palmeira onde canta o sabiá", é uma exposição exata e pungente de condições de exilado, do horror das perseguições, da promiscuidade dos refúgios, do andar em círculos daqueles a

quem se nega pouso, pária, raiz".

SECUNDARISTAS/ No Rio, os secundaristas avançam na luta pela reorganização de seus grêmios. Um passo importante nesse sentido é o Iº Encontro de Jornalistas Secundaristas, que será realizado dia 30 de setembro, às 16 horas, na Associação Brasileira de Imprensa, contando também com o apoio do Sindicato dos jornalistas e do Comitê da Imprensa Independente. Vinte jornais secundaristas participam do Encontro.

EMANCIPAÇÃO/ A Associação Nacional de Cientistas Sociais prestou solidariedade aos antropólogos que estão em luta contra o Projeto de Emancipação das comunidades indígenas, de iniciativa governamental. Segundo a ANCS, a emancipação deverá ser o desfecho de um processo permitindo às populações indígenas optarem por ela, com conhecimento de causa. Tal perspectiva só se efetivaria caso lhes fosse garantida a liberdade para definir seus próprios destinos, tanto em termos econômicos, como culturais.

DEBATE/ Todos os candidatos populares e democrá-

ticos do MDB do Rio de Janeiro, integrando a Frente Popular Eleitoral, estão sendo convidados para um debate, pela sucursal carioca de "EM TEMPO", sobre "O Momento Político e as Eleições". O debate será na ABL, no próximo dia 2, às 21 horas. Já confirmaram sua presença no debate os candidatos: Raimundo Oliveira, Edson Khair, José Eudes Freitas, Délio dos Santos, Modesto Silveira, Marcelo Cerqueira, Eloneida Studart, Paulo Faria, Alves de Brito, José Frajat.

ESCRAVISMO/ A Editora Ática anuncia a segunda edição de "O Escravidão Colonial", de Jacob Gorender - lançado no início deste ano. Tendo em vista o caráter da obra, uma pesquisa sócio-histórica, voltada à reinterpretação da formação do capitalismo no Brasil, o fato constitui uma façanha em termos editoriais. Explica-se: o trabalho de Gorender é marcado pelo zelo metodológico e por apresentar questões novas num velho debate. Por isso, aliás, o livro tem atraído enorme atenção, na medida em que sua análise joga muita luz no passado sobre o presente.

Movimento do Custo de Vida não aceita a posição do governo

O governo considera o Movimento do Custo de Vida "desonesto e sem credibilidade". Através de seu porta-voz oficial, Coronel Rubem Ludwig, numa nota à imprensa esta semana, afirmou: "Na impossibilidade de se verificar a totalidade dos signatários, em virtude de seu elevado número, bem como a ausência de dados de identificação de cada um, foi uma amostragem submetida a exame grafotécnico pelo Instituto de Criminalística da Polícia Federal", tendo concluído que "grupos de pessoas lançaram respectivamente de vários nomes, à guisa de assinaturas, como se fossem pessoas diferentes". Considerou, então, a voz oficial que "um movimento desses que pretende representar um milhão e trezentas mil assinaturas, depois desse laudo perdeu credibilidade porque foi desonesto; e se usou meios desonestos, havia uma segunda intenção".

Esta posição foi tomada diante de um movimento que vem se organizando há muitos anos, o MCV de São Paulo, que circula um abaixo-assinado reivindicando congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, abono salarial de 20% e aumentos salariais superiores aos índices oficiais de inflação. Além de mais de um milhão de adesões ao abaixo-assinado, o MCV realizou no dia 27 de agosto uma assembleia que contou com presença de vinte mil populares. Como resultado da assembleia, 21 representantes do movimento estiveram em Brasília e por 2 dias tentaram falar com o Presidente Geisel. Conseguiram que 5 pessoas tivessem acesso

ao protocolo, onde entregaram os abaixo-assinados.

Diante das declarações do governo, a resposta dos componentes do MCV foi contundente: "não aceitamos esta resposta; ela é uma tentativa de desviar a discussão das nossas reivindicações". E acreditavam que "se o governo tem dúvidas da credibilidade e representatividade do movimento, que faça um plebiscito e o povo vai mostrar se apoia ou não".

Numa reunião de representantes das diversas regiões que compõem o movimento, realizada no último dia 27, com o fim de tomar as primeiras decisões e convocar uma reunião ampliada da coordenação, todos estavam indignados com a resposta oficial. Quanto à existência de assinaturas com a mesma ortografia, os componentes do movimento explicam que são vários os motivos, entre eles o principal foi a adesão de pessoas analfabetas - "que nem por isto deixam de passar fome" - que pediam a outras que assinassem por elas.

Além disso, consideraram que, apesar de secundária, o movimento deve abrir uma frente jurídica de luta, "topar abrir um processo e provar que somos honestos", mesmo sabendo que a nossa legitimidade será dada pelo povo".

A proposta final dos próximos passos do movimento se dará a reunião ampliada da coordenação, quando os resultados das discussões das diversas regiões poderão ser centralizados.

Sindicato de Professores do Rio chama para a participação

Na mesa que presidiu a posse da nova Diretoria do Sindicato dos professores do Rio, uma cadeira vazia simbolizava a presença do professor Bayard Boiteux, chefe da guerrilha do Caparaó, cassado e exilado na Argélia, desde 1967.

A posse foi, na verdade, convertida numa cerimônia de homenagem aos antigos professores que construíram o Sindicato, e que hoje estão afastados da profissão, dentro e fora do país; e numa tomada de posição contra o tremendo esvaziamento da entidade, resultante de doze anos de sindicalismo preguiçoso e acomodado.

Eleita com 70% dos votos (417 contra 211, 4 em branco e 9 nulos), a nova diretoria está consciente dos problemas que terá de superar para representar mesmo os trinta mil professores existentes no Estado. Eles estão sabendo que não são um grupo pequeno e que isso não pode continuar. A luta por melhores con-

dições de trabalho, contra o arrocho salarial e a exploração descarada dos dons dos colégios, por liberdade e autonomia sindical, contra o paternalismo estatal e pelas liberdades de manifestação e organização, para o conjunto dos setores oprimidos, além da luta que os interessa diretamente, pela anistia ampla, geral e irrestrita, constituem um programa ambicioso, e que só a categoria, participando, efetivamente, poderá encaminhar.

A campanha salarial já está sendo discutida, não só na Diretoria, mas na Comissão da campanha, que se reúne abertamente. E há outras comissões, de imprensa e divulgação e de sindicalização. "Não há mais espaço para posições contemplativas de espera! De clubezinho fechado para entidade representativa da massa de professores, o salto que terá de ser dado é muito grande. A solenidade de posse foi só o momento de partida nessa direção".

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente). Secretário de Redação: Luiz Nadai. Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges. Editor Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAS: Nacional: Flaminio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. Internacional: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Monte-

ro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marinete Oliveira, Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehi, Valdezer Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Brauns F. Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Nelsi Andreas (foto). **Relatório e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valdezer Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSIAIS: **Belo Horizonte:** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Léo Santos, Maizé Trindade, Mauricio Godinho, Paula Régis, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan (redação). **Marizá Araújo** (administração). **Porto Alegre:** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida

EM TEMPO:

Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife:** (R. Anibal Falcão, 127 - Fraças): Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação). **Fred Navarro,** Paulo Santos, Rebecca Scatru, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Manina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro:** (R. da Lapa, 200 - sala 408): Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Lais Meirelles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. **Salvador:** (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501): Adelmio Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: **ARACAJÓ:** (SE): David Danias. **Campinas:** (SP): Rinaldo Barros.

Fortaleza: (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição. **João Pessoa:** (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. **Natal:** (RN): Cícero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO: (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Enira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Varela. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luis Alberto Marcondes Piccina (São Paulo); Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte); Adelmio Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Tel: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

Assine EM TEMPO:

Nome..... Profissão.....
Idade..... Endereço..... Bairro.....
Fone..... Cidade..... Estado..... CEP.....
End. Comercial..... Horário..... Fone.....
Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo (SP). CEP 05415. Fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 **Semestral Cr\$ 250,00**

Metalúrgicos fazem projeto para mudar CLT

Em São Bernardo do Campo, os trabalhadores vão se reunir num Congresso para apresentar uma alternativa a atual estrutura sindical brasileira, "responsável pelo atoleiro em que se encontra o nosso sindicalismo".

BAHIA

Passeata ou procissão? Os dois.

Moradores do subúrbio de Salvador percorrem mais de cinco quilômetros, levando uma imagem do Sagrado Coração de Jesus e uma denúncia contundente da situação de marginalização social em que vivem.

Uma passeata? Só que seus participantes não eram os encontrados em outras passeatas ocorridas em Salvador. Não eram estudantes, mesmo porque são poucos os que estudam ali. Não eram, em sua maioria, jovens. Os participantes eram mães de família, trabalhadores adultos que, pela primeira vez em muitos anos, tiveram a coragem de sair pelas ruas do bairro do alto dos Cabritos, no Lobato, subúrbio de Salvador, com cerca de 45 mil habitantes nas mais precárias condições de vida e de abandono.

Percorreram mais de cinco quilômetros de barro e buraco, ladeados por um quadro de fome, desemprego, doenças e casebres de taipa. A chuva não foi suficiente para barrar a vontade do povo de denunciar as condições de vida encontrada em uma cidade como Salvador, ao lado mesmo do "milagre" do Pólo Petroquímico e Cia. Os cartazes, todos confeccionados em papelão, serviram de sombrinha para as mulheres mais idosas, enquanto os mais jovens auxiliavam os menos capacitados fisicamente na travessia de lagoas de lama, onde, pelo traçado do bairro, deveria existir ruas.

Formalmente aquilo era uma procissão e à frente do cortejo ia uma imagem do Sagrado Coração de Jesus, levado nos ombros pelos moradores mais fortes. A cada parada, e elas foram quatro, uma pessoa da comunidade pegava o microfone e, após uma curta leitura de um trecho em que se apoiaria para sua fala, conclamava o povo presente para se unir mais ainda, convidava os moradores, quedas janelas de seus barracos olhavam a manifestação pela vida para, também eles, participarem.

As chamadas

Na primeira parada, foi usado como chamado para a fala do comunitário o seguinte: "Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Não pode haver judeu, nem grego, nem escravo, nem liberto, nem homem, nem mulher, porque todos vós sois um em Cristo". Para a segunda foi dito que "Todo homem tem direito de ser em todos os lugares, reconhecido como pessoa humana perante a lei. É infame tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas de violentar as consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, a escravidão. São infames as condições degradantes de trabalho em que os operários são tratados como meros instrumentos de lucro e não como pessoas livres e responsáveis".

Na terceira parada foi dito que "Todo homem tem direito ao tra-

balho, à escolha do emprego, à condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todo homem tem direito a igual remuneração por igual trabalho. Todo homem tem direito de trabalhar para dar a si e a sua família uma vida digna. A marginalização tende a crescer enquanto as grandes decisões são tomadas em favor de interesses de classes dominantes ou grupos e não em função dos interesses do povo. Ser marginalizado é ser mantido fora, à margem, é receber um salário injusto, é ser privado de instruções, de atendimento médico, é passar fome, é habitar em barracos, é ser privado de terra, é sobretudo não poder libertar-se destas situações".

Na quarta e última parada foi denunciado que o homem tem direito aos recursos que lhe permita um digno padrão de vida, tais como o alimento, o vestuário, a moradia, o repouso, assistência sanitária, os serviços sociais indispensáveis. "Nenhum direito é possível sem as garantias básicas da vida, incluindo o direito ao trabalho, a alimentação adequada, ao amparo garantido da saúde, a habitação decente e a educação que conduza ao pleno desenvolvimento da vida humana".

As frases

Nos papelões estendidos por sobre as cabeças dos participantes podia-se ler: "O trabalhador é digno do seu salário"; "Meu povo está sendo destruído porque lhe falta o conhecimento"; "Se queres a paz, defende a vida"; "A falta de fossa diminui a vida"; "Todo homem tem direito a um bom nível de vida"; "Que todos sejam um"; "Todo homem tem direito a liberdade" e "A comunidade é você".

Assim que chegou em frente a passeata, D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo primaz da Bahia, fez questão, ao ler as faixas, de afirmar: "olha o que você vai colocar na sua reportagem. Não mude nem uma vírgula. Olha que tem testemunhas". O medo do cardeal é que a reportagem retransmitisse a verdade que incomoda a muitos, que aquela era uma manifestação política, ainda que de cunho religioso.

"Todos estes cartazes estão inspirados na tradução conceitual do coração, vida humana com todos os seus problemas, necessidades e aspirações. Esta caminhada de vida se processa com o melhor espírito cristão. Tudo foi feito com muita ordem e consciência do que cada um pode fazer. Não é um comício político, mas um ato essencialmente religioso", declarou o cardeal. A presença de D. Avelar, no entanto, significou o apoio e reconhecimento ao trabalho da Paróquia.

Dalton Godinho



Saiu!

Dicionário de
COMUNICAÇÃO



Um lançamento da CODECRI. A editora do rato que ruge.

O primeiro projeto de reformulação da estrutura sindical brasileira começa a ser elaborado a partir deste fim de semana pelos principais interessados no assunto: os próprios trabalhadores. Em São Bernardo do Campo, os metalúrgicos realizam o III Congresso com a participação de base.

"Ao longo da nossa vida trabalhista - diz Luiz Inácio da Silva, O Lula, presidente do sindicato que reúne a categoria - sempre se falou em mudar a legislação sindical. Mas até hoje ninguém se dispôs a fazer alguma coisa séria e prática nesse sentido. Muito se fala, mas pouco se faz de prático".

Agora, o III Congresso, vai "analisar a atual estrutura sindical, propondo ao debate nacional um projeto de reformulação que represente o pensamento e as aspirações da categoria", a partir das resoluções fixadas nos debates dos metalúrgicos.

Segundo Lula, não haverá pelegos para manobrar, tentando impor determinadas condições aos debates com o objetivo de transformá-los

em aplausos às autoridades, como era o propósito do recente Congresso da CNTI, realizado no Rio: "Nosso encontro será, como tudo que se faz por estas bandas, verdadeiramente democrático, possibilitando a participação livre e ativa dos companheiros das bases. Vamos discutir com liberdade os nossos problemas, a fim de marcarmos ainda mais o desempenho dos metalúrgicos do ABC, os primeiros trabalhadores brasileiros a se manifestarem em defesa dos seus justos anseios, rompendo um longo período de repressão".

Temário

"Estrutura sindical Brasileira" é o temário único do encontro, subdividido nos seguintes itens: autonomia e liberdade sindical; unidade e pluralidade sindical; delegados sindicais e comissões de fábrica: eleições sindicais; receita e despesa, Contribuição Sindical.

Apresentar propostas concretas de alteração destes itens na CLT, no ponto de vista de Lula, é uma questão "de fundamental impor-

tância para o movimento operário" e "primordial para mudar os rumos do sindicalismo brasileiro".

Ele justifica: "A estrutura sindical, concebida há quarenta anos, na verdade é a responsável pelo atoleiro em que se encontra o nosso sindicalismo. Se não fosse ela, não existiriam os pelegos, os dirigentes acomodados e as leis injustas, que impedem os trabalhadores de lutar com êxito pelas suas reivindicações. As leis controladas da atividade sindical são, assim, a causa de todos os males do nosso sindicalismo. E inúteis resultaram os protestos e discussões em torno do assunto, exatamente porque as pessoas que os efetivaram não estavam habilitadas para isso. Ou seja, os próprios dirigentes sindicais, dentre os quais a maioria que se utiliza dessa estrutura em benefício próprio. Os interessados realmente em modificá-la até hoje não tiveram acesso ao centro das decisões, foram mantidos à margem das discussões, travadas, geralmente, à nível de cúpula e das esferas governamentais".

A abertura do Congresso será no dia 6, na sede do Sindicato. Os debates estão marcados para os dias 7, 8, 14 e 15 de outubro, na colônia de férias do Guarujá. O funcionamento prevê duas sessões diárias de Grupos de Trabalho, precedidas de informes técnicos sobre os assuntos em pauta ou apresentação de indicações. Em seguida há plenários, para onde convergem os resultados dos Grupos de Trabalho. As resoluções aprovadas serão a base para o projeto de reformulação da estrutura sindical, que a mesa diretora do Congresso deverá elaborar num prazo de 30 dias. Para regular os trabalhos do Congresso, há um minucioso regimento interno com 28 artigos.

Durante o mês de setembro, o sindicato promoveu debates sobre o temário com a participação de Francisco Weffort, Almino Affonso, Chico de Oliveira, Albertino Rodrigues, Leôncio Martins, Annez Andraus Troyano, Maria Herminia, entre outros.

Flaminio Fantini

"Tá com o bolso cheio, pelego?"

A assembleia de metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem está vaiando mais uma vez a diretoria do sindicato, que tentava breca a continuidade da campanha salarial deste ano. Para conseguir os 20% de aumento, os operários decidiram "Operação Tartaruga", que conseguiu boicotar até 100% das horas extras.

expondo e correndo risco de perderem o emprego participando desses movimentos".

A atitude da diretoria do Sindicato, as pressões patronais e as dificuldades de organização que os operários enfrentam para poderem partir para uma greve colocam a ampliação da "Operação Tartaruga" como a forma de luta mais adequada para se exigir os 20%. Pelo menos por enquanto, conforme o pensamento dos metalúrgicos mais combativos. Apesar de estar sendo implantada lentamente, em algumas fábricas a "Operação Tartaruga" já conseguiu boicotar até 100% das horas extras. Alguns operários acreditam que se o movimento se alastrar para as maiores fábricas será possível se conseguir a paralização a partir da próxima assembleia.

De resto, apesar de 800 operários numa assembleia significarem uma boa participação, não se pode esquecer que a categoria é formada por mais de 60 mil metalúrgicos, dos quais 15 mil são sindicalizados. Uma decisão a favor de uma greve precisaria, portanto, ser fortemente amparada pela classe, conforme aconteceu em João Monlevade, onde os operários tiveram uma grande vitória com a greve porque lá todos participaram e os patrões não conseguiram dividir os operários.

Em Betim, manobras.

Já no domingo à tarde, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, município próximo onde estão localizadas a Fiat, a metalúrgica Krupp e outras empresas, realizaram a sua segunda assembleia para discutir a campanha salarial.

Os operários de Betim reivindicam aumento de 20% além do índice oficial e piso salarial de Cr\$ 3 mil. O objetivo dessa assembleia seria o de examinar a contraproposta, pois a diretoria do Sindicato tinha ficado encarregada de se reunir com os patrões até a sexta-feira, dia 22. No entanto, o presidente do Sindicato, Nadir Antonio, alegou que das 24 empresas convidadas para uma reunião apenas 5 compareceram "devido ao curto prazo dado a elas para discutir as nossas reivindicações".

A assembleia dos metalúrgicos de Betim foi confusa e cansativa porque a mesa diretora ficou nas mãos de um dirigente da Federação dos Metalúrgicos de Minas, David Moreira, que a todo custo tentou fazer com que fosse aprovada sua proposta de "autorizar a diretoria do Sindicato a negociar com os patrões ou instaurar o dissídio". O argumento de que fez uso para justificar a sua proposta foi de fato uma ameaça dirigida aos operários de Betim. Disse ele: "Se não assegurarmos a data base, correremos o risco de perdermos até o que é permitido por lei".

Contrário a essa proposta de desmobilização, um metalúrgico propôs a criação de uma comissão sa-

laria paritária, composta por membros da diretoria e de pessoas presentes à assembleia, ressaltando que "a nossa luta é de toda a categoria e não da diretoria do Sindicato, por isso não podemos sair dessa batalha. Devemos nos manter firmes nos 20% como os companheiros de BH e Contagem, pois o momento é de nos unirmos e não nos dividirmos".

Acada manifestação como essa, contrária à sua proposta, o diretor da Federação dos Metalúrgicos tentava esvaziar a discussão com apelos do tipo "os companheiros estão desconfiando de uma diretoria eleita por vocês mesmos? Ou então ele usava argumentos jurídicos, quando dizia que se passasse a data base ficaria difícil para os advogados prepararem o dissídio coletivo.

A confusão e o cansaço provocados pelas manobras do diretor da Federação conseguiram fazer com que a sua proposta fosse aprovada. De resto, a pouca presença de operários a essa assembleia colocou nas mãos do diretor da Federação uma boa condição de manobra, pois ele jogou com a certeza de que a classe estava desmobilizada. Só nesse momento é que David Moreira passou a palavra ao presidente do Sindicato, Nadi Antonio, que apenas se prontificou a marcar uma nova assembleia onde os operários tomariam conhecimento das negociações feitas com os patrões.

Em Sabará uma vitória parcial

Na semana passada os metalúrgicos da Belo Mineira de Sabará chegaram ao final da campanha salarial com um aumento de 10% além do índice do governo e que entrará em vigor a partir de primeiro de outubro. Depois de João Monlevade esta é a segunda cidade mineira a conquistar a maioria das reivindicações de seus operários, uma vez que das dez apresentadas, oito foram aceitas.

As principais reivindicações aceitas foram: mudança na escala de revezamentos antecipação salarial de 10% em junho, instituição da semana inglesa - só cinco dias por semana - para os que trabalham das 7h às 16h e majoração da gratificação anual que era de 156 horas e passou para 190 h.

Essas vitórias, lembrou um metalúrgico "foram o resultado da pressão dos operários locais e uma consequência do que aconteceu em João Monlevade". Disse ainda que, "não fosse a diretoria que temos a coisa teria sido diferente, teríamos exigido mais e lutado mais. Os nossos diretores mais parecem pessoas da Companhia do que trabalhadores".

A assembleia que autorizou a direção do Sindicato a negociar o novo acordo salarial, contou com a presença de cerca de 500 metalúrgicos. Nesse dia só foi permitida a entrada dos que estivessem munidos de carteirainha do Sindicato, pois segundo o presidente Luiz Miguel da Costa, "estava-se cumprindo ordens de Segurança Nacional, e que na assembleia anterior havia muitas pessoas estranhas".

Ernesto Andrade

PARTIDOS POLITICOS E DEMOCRATIZAÇÃO

Pela primeira vez, depois de longos anos, um curso sobre partidos políticos. Um debate aberto com professores e pesquisadores em Ciência Política. Origens e Teoria. Crítica das experiências partidárias. Avaliação das perspectivas atuais.

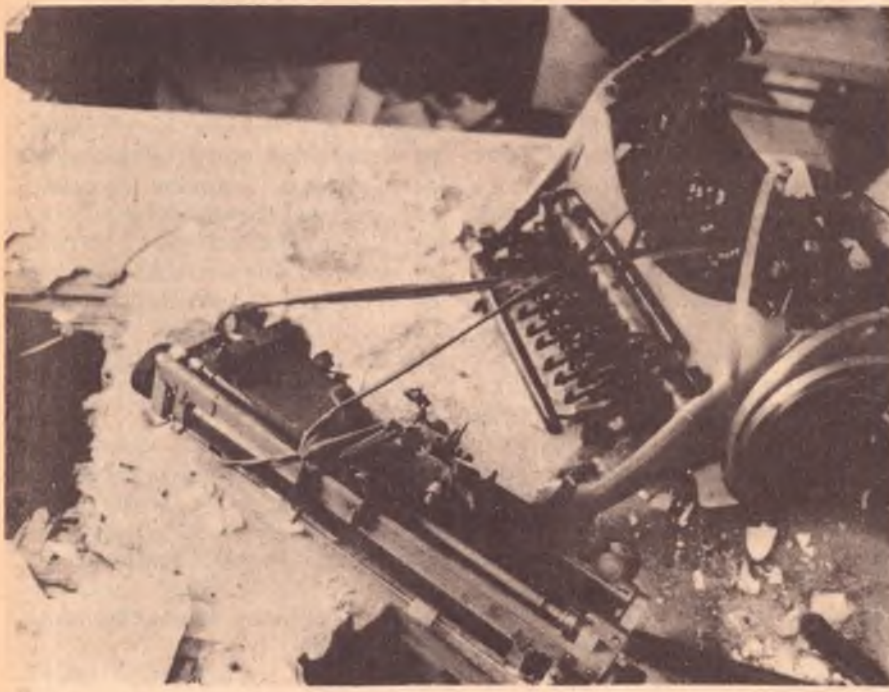
Dia 4	Origens de Formação dos Partidos Políticos Modernos Luiz Werneck Vianna
Dia 9	Teoria dos Partidos Políticos Francisco C. Weffort
Dia 11	Partidos Políticos no Brasil: 1945-1964 Maria do Carmo Campello de Souza
Dia 16	Experiência do Trabalhismo no Brasil Almino Affonso
Dia 18	O Bipartidarismo: 1966 a 1978 Fábio Wanderley Reis
Dia 23	Partidos Políticos: uma avaliação das perspectivas atuais. José Álvaro Moisés
Dia 25	Movimento Socialista e Partidos Políticos no Brasil Florestan Fernandes
Dia 30	Mesa redonda: conferencistas e convidados especiais.

De 4 a 30 de outubro, às segundas e quartas às 20:00 horas.
Local e Inscrições: Rua Martiniano de Carvalho, 156 São Paulo 289.2008.
Preço: Cr\$ 500,00.

Atenção: Só 80% de frequência dará direito ao certificado de conclusão.

Associação Brasileira de Imprensa - São Paulo
Jornal EM TEMPO
Grupo Educacional Equipe

GOVERNO NEGA SOLIDARIEDADE ÀS VÍTIMAS DO TERROR



O governador Ozanam Coelho, de Minas, deu mais uma demonstração de convivência com o terror do GAC, MAC e CCC, ao cancelar uma audiência marcada previamente com as vítimas dos atentados. Ele ia receber um dossiê contendo o balanço da violência paramilitar no estado: 13 atentados a bomba, ameaças, depredações, assaltos, violações de correspondência, num total de 24 ações, em média um atentado por semana. Oito instituições exigem um inquérito unificado para apurar os responsáveis.



A QUEM INTERESSA O TERROR? é o título de um documento que detalha todas as violências cometidas contra entidades e pessoas pelos grupos da direita terrorista GAC, MAC e CCC, em Belo Horizonte. (Ver abaixo).

O dossiê sobre os atentados terroristas é assinado pelo Movimento Feminino pela Anistia (seção de Minas Gerais), Jornal Em Tempo, Jornal De Fato, DCE-UFMG, pelo Dr. Geraldo Magela (advogado de presos políticos), por D. Helena Greco (presidente do MFPA-MG), pelo Grupo de Padres Pelos Direitos Humanos e Igreja São Francisco das Chagas. Todas estas en-

tidades e pessoas foram alvo de ação terrorista. O documento relata cada um dos 13 atentados a bomba praticados pelas organizações para-militares, as ameaças, depredações, assaltos, violações de correspondência, num total de 24 ações, praticadas a partir de maio de 1977. Desse total, 23 foram realizadas num período de apenas seis meses, o que dá uma média de um atentado por semana.

A denúncia esclarece que "a inércia das autoridades responsáveis pela segurança pública e a consequente impunidade que gozam tais grupos, têm permitido que os atentados que perpetraram se tornem cada vez mais violentos e cada vez mais extensivos. Em que

pese os vários pedidos de abertura de inquérito, diz o texto do dossiê, nada foi feito até agora para pôr fim a essa escalada de violência e terror".

Mil exemplares do dossiê contra o terror já foram distribuídos e avaliados para "todos aqueles que também defendem as Liberdades Democráticas e que conosco têm sido solidários", dizem os signatários do documento. Até mesmo o governador do Estado de Minas, Ozanam Coelho, que tem se empenhado de tomar qualquer iniciativa contra o GAC e MAC, recebia o dossiê. No entanto, uma audiência previamente marcada para a terça-feira (dia 26), durante a qual os signatários do docu-

mento entregariam pessoalmente ao governador o texto contendo as denúncias, foi adiada "sine die" através de um telefonema do Secretário Adjunto do Governador, Sr. Milton Lucca, para D. Helena Greco. A audiência teria também o objetivo de permitir à comissão solicitar diretamente ao governador a abertura de um inquérito unificado e sob a coordenação da Secretaria de Segurança Pública.

O Sr. Milton Lucca esclareceria mais tarde à imprensa que a audiência foi desmarcada porque o governador tinha viagens a fazer durante a semana. Diante desse fato consumado e comunicado a D. Helena Greco "numa hora tardia e sem maiores explicações", a

comissão elaborou uma nota no gabinete do deputado Genésio Bernardino, na Assembléia Legislativa, esclarecendo que "causou espanto às entidades e pessoas interessadas, pois acreditamos que o assunto que seria tratado nesta audiência assume proporções imensas, diante qual S. Exa. o governador jamais poderia se omitir, adiar ou mesmo protelar".

A nota diz ainda o seguinte: "as entidades e pessoas atingidas por estes grupos extremistas continuam insistindo na realização desta audiência até que tenham uma resposta definitiva para o assunto ali a ser tratado".

Cientes de que só através da denún-

cia política sistemática e da mobilização e solidariedade dos setores sociais que lutam pela liberdades democráticas é que se poderá dar um basta às ações impunes dos terroristas, os autores do dossiê e vítimas do terror continuarão a divulgar o documento a nível nacional e internacional. Na mesma terça-feira, 26, a comissão estabeleceu contato com o jurista Hélio Bicudo, que esteve em BH participando de um debate sobre Anistia, e com o advogado Sobral Pinto, para que eles acompanhem todo o processo jurídico a ser efetivado com o objetivo de que se abra investigação rigorosa para apuração dos nomes dos responsáveis pelos atentados.

A quem interessa o terror?

Nestes pais, a violência contra aqueles que defendem as Liberdades Democráticas tem sido uma constante. Todo tipo de arma e instrumento já foi usado, ou passa a ser, na tentativa de fazer calar nossas vozes.

A ação dos órgãos de segurança do Estado, a censura, as leis e atos de execução somam-se, agora com maior evidência, a ação de terroristas. São ameaças telefônicas, pichações, roubos, danos, explosões a bomba, violações de correspondências, numa escalada brutal contra todos nós.

As entidades e pessoas que vêm sistematicamente sofrendo tais atentados - embora soubessem que a solidariedade dos demais é que garante sua segurança e a possibilidade de levar adiante suas lutas - consideram que as autoridades existentes, inclusive porque se arrogaram o papel de garantidores da segurança pública, têm a obrigação de apurar quem são os terroristas que nos atacam. Inúmeros pedidos de abertura de inquérito já foram feitos pelos atingidos - sem resultado algum.

Um novo pedido, desta vez unificado, está sendo dirigido ao Governador do Estado de Minas Gerais e ao Secretário da Segurança Pública, por várias entidades de Minas Gerais.

Cópia desse documento, em anexo, está sendo remetida a todos aqueles que também defendem as Liberdades Democráticas e que conosco têm sido sempre solidários.

"A cada ação, uma reação".

A partir de maio de 1977, grupos terroristas que se auto-intitulam GAC e MAC (Grupo Anticomunista e Movimento Anticomunista) voltaram a atuar em Belo Horizonte.

A inércia das autoridades responsáveis pela segurança pública e a consequente impunidade de que gozam tais grupos têm permitido que os atentados que perpetraram se tornem cada vez mais ostensivos e cada vez mais violentos.

A ameaça que fizeram em aviso colocado no parâmetro do carro da Presidente do MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - Núcleo MINAS GERAIS, tem sido fielmente cumprida: "A cada ação uma reação".

Em que pese os vários pedidos de abertura de inquérito, nada foi feito até agora para pôr fim a essa escalada de violência e terror.

Por isso, o MAC e o GAC continuam ameaçando vidas, em ações que passamos a relatar, entre atentados a bomba, ameaças, depredações, violações de correspondência, num total de 24 ações.

1. No dia 11 de maio de 1977, um dia após a realização de um ato público pedindo a libertação de estudantes e operários presos em São Paulo, o D.A. Medicina/UFMG foi invadido, vasculhado e pichado pelo MAC.

2. No dia 28 de março de 1978, simultaneamente vários atentados foram cometidos pelo GAC:

2.1. às 21:30 horas explodiu uma bomba na Igreja de São Francisco das Chagas, situada no Bairro Carlos Prates. Realizava-se no local, além do atendimento normal da Ação Social da Paróquia, reuniões de grupos paroquiais e do MFPA/MG, como também aulas de judô para os paraquianos;

2.2. por volta das 3 horas da madrugada, o mesmo grupo terrorista jogou uma bomba no D.A. MEDICINA/UFMG, que ao explodir quebrou não só os vidros da fachada como também trincou o piso de concreto. No local foi deixada uma "relação de pessoas assassinadas pela subversão", assinada com a data de 28 de janeiro;

2.3. outra bomba foi atirada no Centro Cultural do DCE/UFMG, que ao explodir danificou toda a fachada de vidro e laterais do prédio;

2.4. foi jogada também uma bomba no pátio de estacionamento da FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UFMG;

2.5. a FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, em pleno centro de Belo Horizonte, foi a quinta vítima, nessa mesma data: uma bomba de alto teor explosivo na portaria da Escola, quebrando vidros e danificando parte da esquadria metálica.

"Olho por olho"

3. Dia 7 de abril de 1978 foi outra data

em que o GAC atuou simultaneamente contra várias entidades e pessoas:

3.1. um bilhete contendo ameaças foi colocado no parâmetro do carro da Presidente do MFPA/MG. Dona HELENA GRECO, que, como se verá, tem sido um dos alvos constantes do GAC e MAC. Estava escrito no bilhete: "Olho por olho. A cada ação, uma reação. GAC, 28 de janeiro".

3.2. no mesmo dia, o GAC colocou (três) bananas de dinamite no D.A. MEDICINA/UFMG, que só não explodiram porque o pavio apagou-se. No local, foi encontrado um bilhete do GAC: "A cada ação, uma reação". De maneira arbitrária e tentando transformar as vítimas em réus, intimaram o presidente do D.A. a comparecer na Polícia Federal.

3.3. outra bomba explodiu no saguão do DIRETÓRIO ACADEMICO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFMG.

4. No dia 14 de abril de 1978, uma bomba explodiu no DIRETÓRIO ACADEMICO DA FACE/UFMG, causando sérios prejuízos.

5. O dia 18 de abril marcou outra dessas datas em que o GAC ganhou as ruas várias vezes para espalhar violência:

5.1. No pátio do Colégio Santo Antônio, realizava-se uma concentração, promovida pelo MFPA/MG, à qual compareceram 1.500 pessoas. Meia hora após o início da concentração, vários agentes e um delegado do DOPS entraram no pátio, dizendo que haviam recebido uma denúncia de que bombas teriam sido ali colocadas. Após evacuar o local, realizaram uma busca que resultou no encontro de uma bomba-relógio dentro de uma caixa de sapatos. Nesse interior, 8 (oito) cartões pertencentes aos membros do MFPA/MG foram danificados (pichados com a sigla GAC e tiveram os pneus furados). É interessante salientar que antes da concentração, o local tinha sido visitado por dois agentes do DOPS. Em razão do ocorrido, a concentração foi transferida para a sede do DCE/UFMG/UFMG, onde, novamente, o GAC voltou a danificar vários carros.

5.2. Às 20:30 horas, o GAC jogou uma bomba, através das janelas basculantes, na oficina gráfica da Sede Administrativa do DCE/UFMG, destruindo impressora e mimeógrafos totalmente, bem como as instalações e lâmpadas fluorescentes. Carros estacionados na garagem lateral e defronte do local foram danificados por estilhaços de vidro e argamassa, e a Rua Guajajaras ficou coberta de destroços num raio de vinte metros de explosão.

5.3. Na madrugada do dia 19, dando sequência a esses atentados simultâneos, uma bomba foi atirada de dentro de um Volks azul, em movimento, na casa de Dona HELENA GRECO, Presidente do MFPA/MG. Ppr sorte, a bomba bateu no portão de ferro, caindo na calçada, onde explodiu. Presenciamos este atentado, além de Dona HELENA GRECO, mais duas outras pessoas membros do MFPA. É interessante salientar que Dona HELENA GRECO mora na Rua Juiz de Fora, 849, justamente em frente à sede da 4ª BRIGADA DE INFANTARIA DO EXERCITO, considerada, inclusive, área de segurança nacional. Existe uma guarita em frente à sede, onde um soldado do Exército fica de sentinela.

6. No dia 11 de maio de 1978, o GAC distribuiu e afixou em postes de diversos bairros de Belo Horizonte um cartão, semelhantes aos utilizados pelo MFPA/MG, contendo declarações com o claro intuito de desmoralizar o MFPA/MG. Vários cartões falsificados pelo GAC estavam sendo afixados na Igreja SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS, por 3 (três) homens, quando um dos padres viu e impediu a continuidade da ação. Os homens, ameaçando o padre, retiraram-se do local.

7. Na madrugada do dia 21 de maio, invadiram o D.A. Medicina/UFMG, danificando-o totalmente (quebraram o mimeógrafo e as máquinas de escrever).

8. No dia 10 de julho de 1978, o GAC jogou nos jardins da casa da PRESIDENTE DO MFPA/MG, cerca de 200 (duzentos) cartões, enviados por correio ao Governador de Pernambuco, ao diretor do Presídio e aos presos políticos de Itamaracá. Estes cartões faziam parte da campanha de solidariedade, promovida pelo MFPA, a greve nacional de fome pela quebra do isolamento carcerário de presos políticos de Itamaracá. Junto aos cartões, havia 2 (dois) telegramas que o MFPA enviava, pelo correio, diariamente aos presos políticos de Itamaracá.

Até mesmo o governador do Estado de Minas, Ozanam Coelho, que tem se empenhado de tomar qualquer iniciativa contra o GAC e MAC, recebia o dossiê. No entanto, uma audiência previamente marcada para a terça-feira (dia 26), durante a qual os signatários do docu-

"A volta será pior"

9. A vítima seguinte dos terroristas foi a sucursal do jornal EM TEMPO, em Belo Horizonte:

a. No dia 28/7/78, pela madrugada, aproximadamente a uma hora, segundo relato posterior dos vizinhos, ocorreu o atentado. A porta central (são três portas de entrada) foi arrombada. Praticamente todas as paredes, além de algumas cadeiras e mesas, foram pichadas em "spray" vermelho e preto, com vários dizeres: MAC + GAC: A VOLTA SERÁ PIOR, ENTREI DE SOLA E VOLTO, etc. Foram roubadas máquinas e documentos diversos (mimeógrafo e uma calculadora eletrônica, papéis diversos). No próprio dia do atentado, por volta das 10 horas da manhã, dois soldados da Polícia Militar, dizendo terem recebido ordens, compareceram à sucursal. Como não havia sido chamada a polícia, até aquele momento, e eles não quiseram se identificar e nem identificar quem dera aquela ordem, foram dispensados. Mais ou menos uma hora depois, uma outra pessoa, dizendo-se da Polícia Federal, procurou a sucursal. Também se recusou a identificar-se. Não foram respondidas suas perguntas. A pessoa saiu da sucursal num OPALA preto, chapa branca, DF 1324, BH-MG. Mais ou menos duas horas após, chegou outra pessoa que se dizia do Serviço de Informação do Exército e apresentou carteira com o nome de Estácio Ferreira - Sargento. Disse estar ali em nome do Coronel e que o Governo não tinha nenhuma responsabilidade pelo atentado, principalmente neste período da abertura política e às vésperas das eleições. Informou haver estado na Polícia Federal e que essa de nada sabia. Perguntou o que havia sido roubado e os dizeres da pichação - do que foi informado. Referindo-se a um atentado ocorrido meses antes no DA Medicina da UFMG, insinuou que havia sido os estudantes, os autores, "buscando publicidade". Segundo ele, tal informação fora prestada por um informante de seu Serviço na própria Faculdade. Insinuou também que podia ser coisa de ex-agente ou "dos que vocês, jornalistas, chamam repressão", fazendo questão de ressaltar, no entanto, que não havia nenhuma orientação oficial nesse sentido.

b. No dia 04/08/78, foi pedida abertura de inquérito na Polícia Civil e na Polícia Federal. Nenhuma providência foi por elas tomada até agora, ao que consta.

b. às 7:45 horas do dia 29 de julho, o edi-

tor responsável do jornal DE FATO, Aloísio Moraes Martins, foi acordado com uma chamada telefônica em que um homem com voz grossa perguntava de onde estava falando. Ao ser informado de que se tratava da redação do jornal, a voz que não se identificou começou a falar repetitivamente que "os próximos serão vocês". Na véspera, havia ocorrido a invasão à sucursal do semanário EM TEMPO, em Belo Horizonte, o que caracteriza o telefonema como uma ameaça. Besligado o telefone, aproximadamente uma hora mais tarde, Aloísio - que mora nas instalações do jornal - recebeu novo telefonema com as mesmas ameaças, desta vez feitas através de uma pessoa que procurava disfarçar sua voz de forma efeminada. O fato foi levado ao conhecimento da imprensa falada e escrita, na mesma manhã, e momentos depois, o jornal recebia a solidariedade de diversas pessoas e entidades da cidade. Dias antes e depois destas ameaças, foi notada a presença de pessoas estranhas rondando a sede do jornal durante a noite.

Bomba contra imprensa

10. 18/08/78 - Segundo atentado à sucursal do jornal EM TEMPO - Belo Horizonte: No dia 18/08/78, a sucursal sofreu novo atentado, desta vez muito mais violento. Segundo informações posteriores dos vizinhos, entre 2:45 horas e 3 horas da madrugada, a sucursal foi invadida, e colocaram uma bomba sob ou sobre a mesa da sala de redação que, ao explodir, destruiu a própria mesa, uma máquina de escrever, os vidros da janela, a persiana, a luminária e perfume do teto e todas as paredes laterais, além de danificar papéis e documentos ali existentes. Todas as portas de todas as dependências foram danificadas, ao que parece com outro instrumento, umas mais, outras menos, sendo que duas ficaram completamente destruídas. Uma janela que dá para a entrada da sucursal também foi arrombada. Um veículo estacionado em frente teve seu vidro lateral traseiro danificado. Foram roubados vários documentos. Um dos vizinhos chamou a Rádio-Patrolha por volta das três horas da manhã. A polícia esteve no local desde essa hora, até aproximadamente 9 horas da manhã, sem a presença de qualquer uma das pessoas da sucursal. Aliás, a primeira empregada da sucursal a chegar no local foi impedida de entrar e os policiais se negaram a dizer o que a pericia estava levando (sairam portando embrulhos). Foram procurado o DOPS e a Polícia Federal - ambos responderam que de nada sabiam, sendo que o Delegado da Polícia Federal. Wil-

son Ramalho, afirmou que não realizava e nem realizaria pericia por não ter equipamento para tanto. Pouco tempo depois disso, no entanto, compareceram à sucursal dois agentes da Polícia Federal, Sr. José Osmar e Sr. Taveira, que fizeram várias perguntas e anotaram nome e endereço de três pessoas da sucursal. Disseram que não sabiam para que fim seriam utilizadas as informações ali colhidas. Foi procurada a Polícia Militar e o Capitão Gladstone informou que a Polícia Militar estivera no local, guardando-o, até por volta das 9 horas da manhã, e que a pericia fora feita pelo Instituto de Criminalística. No instituto, o perito confirmou a informação, dizendo que eles apenas haviam levado estilhaços da bomba e que o laudo estaria pronto em 30 dias. No dia 22.8.78, foi encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais uma representação, solicitando abertura de inquérito pelo órgão policial competente. Na mesma data, também foi encaminhado ao Ex. Sr. Procurador Geral do Estado, pedido de nomeação de promotor para acompanhar o inquérito. Em 29/08/78, pelo ofício 421/78, de 25/08/78, o Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado comunicou à sucursal a nomeação do Promotor para atuar no inquérito. No dia 06/09/78, o Instituto de Criminalística forneceu cópia do laudo pericial referente ao atentado à bomba. Desde o último atentado, há políciação na sucursal nos seguintes horários: 23:00 horas às 09:00 horas (de segunda a sábado), de 17 horas do sábado até às 09:00 horas de segunda-feira, conforme pedido da sucursal e deferimento do Comandante de Policiamento da Capital. A sucursal de EM TEMPO teve um prejuízo calculado em duzentos mil cruzeiros.

11. No dia 1º de setembro, por volta das 12:00 horas, quando se realizavam as eleições diretas para o DCE/UFMG, uma bomba foi colocada em uma das urnas que recolhiam votos no D.A. ICEx, destruindo-a totalmente. No mesmo dia, no D.A. Medicina, outra bomba destruiu 6 (seis) urnas. Telefonemas anônimos já vinham sendo feitos ameaçando não só a realização das eleições, como também a posse da nova diretoria.

12. Na madrugada do dia 2 de setembro, as ameaças ao Jornal DE FATO vieram a ser concretizadas. Depois de arrombamento do cadeado do portão e uma das portas das instalações do jornal, invasores roubaram o aparelho de telefone e duas cadernetas com anotações de números de telefone de pessoas ligadas ao jornal, deixando em cima de um móvel uma bomba semi-deflagrada, junto ao pé-de-cabra usado no arrombamento e a uma garrafa plástica contendo álcool. O aparelho de telefone, como medida de segurança, era sempre retirado do gancho quando membros da equipe de EM TEMPO deixavam sua sede, impedindo, portanto, que ele fosse usado para se saber se havia alguém presente. No dia da invasão, infelizmente, o telefone foi esquecido no gancho, e Aloísio dormira fora. Ao tomarem conhecimento do atentado, membros da equipe do jornal comunicaram o fato à Polícia Militar e à Polícia Federal, tendo dois patrulheiros da primeira comparecido ao local, onde verificaram a ocorrência, fazendo as devidas anotações de praxe e convocando ao local a Polícia Criminalística, que enviou dois peritos, um deles de nome Alberto. O material da bomba foi recolhido e levado para exames periciais, assim como o pé-de-cabra. Dias depois, o advogado Geraldo Magela de Almeida enviou ofício à Secretaria de Segurança Pública, solicitando abertura de inquérito sobre o caso, a pedido da direção do jornal. Até o presente momento o jornal não foi notificado da efetivação das providências solicitadas.

13. No dia 11 de setembro, às 21 horas, explodiu uma bomba no banheiro do auditório do Colégio Santo Agostinho. Realizava-se naquele local um debate promovido por um grupo de universitários católicos sobre DIREITOS HUMANOS. Participavam deste aproximadamente 100 (cem) pessoas. O banheiro ficou totalmente destruído, sendo que a porta do mesmo foi arremessada a uns cinco metros de distância, com o impacto da explosão. Estiveram no local elementos da Polícia Militar, Criminal e do DOPS, sendo que estes últimos chegaram 45 minutos após o atentado.

"Dente por dente"

14. No dia 13 de setembro, dois atentados foram cometidos:

14.1. O primeiro foi na Igreja São Francisco das Chagas, onde se realizava uma vigília de solidariedade ao preso CAJÁ (membro da comissão de Justiça e Paz do Recife e da Pastoral da Juventude da Região Nordeste II da CNBB). Uma bomba de alto poder explodiu aos 15 minutos da madrugada do dia 13 (1:15 horas após a vigília), destruindo totalmente a portaria da Secretaria da Igreja. Inúmeros moradores do bairro acordaram assustados. A quantidade de estilhaços encontrados fizeram supor que granadas é que tinha sido jogadas naquele local. No dia anterior, várias ameaças tinham sido feitas aos padres responsáveis pela Igreja. Na porta da mesma foi afixado um cartaz, contendo uma "Oração Anti-Vigília". Entre outras coisas estava escrito "Dente por Dente". "O país nosso de cada dia nos apoia hoje". Durante o dia, houve vários telefonemas anônimos para a Secretaria da Igreja, ameaçando com represálias caso a vigília fosse realizada, e um indivíduo que dizia-se da Polícia Federal de Minas telefonou proibindo a vigília, afirmando que mandaria a Polícia para impedi-la. Na manhã do dia 13 de agosto, dois agentes da Polícia Federal estiveram no local para investigar o atentado.

14.2. Precisamente a 1:00 hora da madrugada do dia 13.9.78, defronte ao Edifício Alípio Pianna, onde reside o advogado Geraldo Magela, foi detonada uma bomba, que havia sido colocada sob o motor de seu veículo - Brasília 1977, cor vermelha, placa AU-8244. O advogado, bem como todos os moradores do referido edifício, que foram acordados pela explosão, além de vizinhos dos prédios próximos, acorreram ao local, onde constataram danos não só no automóvel do advogado, como também em dois outros veículos: um Volkswagen que teve seu vidro dianteiro arrebentado e uma Caravan, com perfurações dos estalhos. Imediatamente a Polícia foi chamada ao local, assim como os peritos da Polícia Técnica. A explosão foi tão violenta que os nove apartamentos do edifício onde mora o advogado, tiveram suas vidraças partidas. A Polícia Técnica também constatou este fato. A bomba colocada sob o veículo destruiu completamente o seu motor, além de estourar um pneu. Neste mesmo dia, o advogado tomou as seguintes providências: levou o fato ao conhecimento do Secretário de Segurança Pública, para a instauração de inquérito e ao conhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil, para as providências que esta julgasse necessárias.

"Paradeiro na violência"

O mero relato dos atentados e das providências, que a audácia e a violência desses grupos cresce a cada dia, deixando patente que a eles não importa atingir a vida e a integridade física seja de seus alvos, seja das pessoas que habitam as imediações dos locais que atacam ou que, circunstancialmente, podem vir a passar por ali nesses momentos.

Em segundo lugar, que tem sido até agora absolutamente inútil e infrutífera qualquer iniciativa de obter das autoridades qualquer providência que possa pôr fim a esses atos brutais.

Os pedidos de abertura de inquérito, feitos na maioria dos casos pelos atingidos, além de não resultarem em qualquer esclarecimento e identificação de autores, servem para exacerbar intimididades evidenciadas no caso das entidades estudantis.

O temor de que outros atentados venham a ser perpetrados, justificado pelo fato de que as ameaças têm sido rigorosamente cumpridas, faz com que este instrumento, em entidades e pessoas infra-nomeadas, venham insistir na abertura de inquérito unificado e demais providências cabíveis, com a pretensão de que, identificados os autores desses crimes, se ponha um paradeiro nesta escalada de violência.

BELO HORIZONTE, 20 DE SETEMBRO DE 1978

Movimento Feminino pela Anistia/MG; Jornal EM TEMPO; Jornal DE FATO; Diretório Central dos Estudantes da UFMG; Dr. Geraldo Magela Almeida (Advogado); Dona Helena Greco (presidente MFPA/MG); Grupo de Padres pelos Direitos Humanos; Igreja São Francisco das Chagas.

Reformas para podar a criação de partidos populares

Na aparência, o pacto das reformas políticas quando trata da possibilidade de organização de novos partidos é menos draconiano que a atual legislação em vigor, que estabelece dificuldades quase insuperáveis para o surgimento de agremiações, como o demonstrou por exemplo a história do PDR, de Pedro Aleixo, que até hoje não conseguiu furar o cerco. Entretanto, para o povo, é só aparência mesmo, pois o espírito das reformas é o de permitir a continuidade do regime, sem garantir de maneira alguma a livre organização partidária. A tendência das novas normas constitucionais, aprovadas agora pelo Congresso Nacional é a de incentivar a formação de partidos de cúpula,

Os entraves do pacote

A atual legislação partidária estabelece dificuldades quase insuperáveis para a formação de novos partidos. A principal delas está na existência do apoio prévio escrito de 5% do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos esses 5% em, pelo menos, sete Estados da Federação, com o mínimo de 7% em cada um deles. Tendo por base a eleição parlamentar de 1974, seria necessária um milhão e 500 mil assinaturas de eleitores para que se conseguisse o registro de um outro partido político. Essa exigência que faz parte da atual constituição e que foi modificada no novo pacote de reformas do governo.

O processo de constituição de um partido segue as normas da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 5.682, de 1971): publica-se o manifesto de lançamento do partido, acompanhado do programa e do estatuto, na imprensa oficial e periodicamente em jornais de grande circulação no país. A partir daí criam-se comissões provisórias nos Estados e passa-se à coleta das 1.500.000 assinaturas de eleitores. Se no prazo de um ano, contado a partir da publicação do manifesto, não se alcançar o número fixado de adesões, as comissões serão consideradas extintas e os atos praticados perderão a validade para uma eventual segunda tentativa de constituição partidária.

A tentativa mais importante de constituição de um partido político no Brasil após 1.965 (data em que foram extintos os antigos partidos e criados a Arena e o MDB por ao do então presidente, General Castelo Branco) partiu do político conservador Pedro Aleixo. A idéia de seu PDR (Partido Democrático Republicano) jamais passaria de embrião. Continuado por seu filho, o advogado mineiro Maurício Brant Aleixo, ela não conseguiria varar as barreiras da atual legislação partidária, mesmo sendo o PDR um partido de forma alguma hostil ao atual regime, como seus idealizadores fizeram sempre questão de reafirmar.

O que estava por detrás dessas dificuldades legais era a concepção corrente nos meios governamentais de que o bipartidarismo configurava a solução ideal para o problema político-eleitoral do regime.

Realmente, a fase de crescimento capitalista que o país viveu até 1973, correndo de par com uma indescritível dose de repressão sobre os setores mais combativos da oposição em geral e somado isto com a orientação hegemônica nesses setores no sentido de não sufragar a legenda da oposição oficial - o MDB -, fez com que por longos anos o governo contasse com uma folga da maioria parlamentar nas duas casas do Congresso. Em 1974, porém, com a vitória do MDB nas eleições parlamentares, a fórmula mágica do bipartidarismo deixou de apresentar os frutos desejados pelo regime. A situação econômica do sistema era muito menos promissora e, pior, a ampla maioria das oposições decidira-se a perceber o caráter plebiscitário das eleições no país, fazendo minguar os votos nulos ou em branco, carreados agora para o MDB. A partir dali começou a falar nos círculos oficiais em reformulação partidária.

Os novos partidos

O pacote das reformas constitucionais, que deverá entrar em vigência em 1º de janeiro de 1979, veio tentar responder às novas necessidades do regime, no que toca aos partidos políticos. De início, ele retira a proibição, de coalizões partidárias, fixada na constituição atual. O governo já volta vistas, portanto, para os dois ou três partidos liberais e/ou conservadores que certamente irão ser constituídos a partir das facções da Arena e setores adesesistas e moderados do MDB. Nas coligações formadas por esses futuros partidos é que estaria a chave de seu suporte parlamentar no Congresso.

O espírito das reformas é o de permitir a continuidade do regime. Desse modo, se por um lado facilitam a formação de novos partidos, por outro não garantem de maneira alguma a livre organização partidária dos vários setores da população, nem o respeito a sua mera escolha eleitoral. Pode-se dizer que, nesse sentido, a futura norma constitucional é menos draconiana que a vigente hoje. Estabelece que os parti-

dos políticos só poderão funcionar caso tenham obtido em eleições, apoio de 5% do eleitorado que tenha votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos esses votos em, pelo menos, nove Estados, com o mínimo de 3% em cada um deles. As votações dadas a candidatos de partidos, que porventura não alcancem aquela percentagem, serão consideradas nulas: os candidatos não serão empoados, nem o partido poderá funcionar. Pela reforma só poderá funcionar ainda o partido que tiver como seus fundadores 10% de membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, independentemente daquele percentual de votos. A propósito essa é que tenderá ser a fórmula pela qual se constituirão os futuros partidos: mediante ato de, pelo menos, 10% dos deputados e senadores eleitos em novembro de 1978.

A criação dos partidos

A tendência claramente incentivada pelas reformas aponta para a formação de partidos de cúpula. Ideologicamente pouco definidos (a não ser talvez à direita), já que no Congresso a ser eleito em novembro é que serão os quadros das futuras organizações partidárias. Nessa linha, os setores populares teriam sua perspectiva de organização partidária fundamentalmente restringida a pouco mais de que se tem hoje no MDB. Com otimismo, a partir de possíveis articulações dos grupos autênticos e neo-autênticos do atual partido da oposição poderia se chegar a alguma organização mais aproximada dos interesses dos trabalhadores. Contra essa hipótese existem as próprias dúvidas acerca da teoria e prática políticas dos chamados autênticos, que só mais recentemente e de maneira esporádica e circunstancial têm tocado na questão da relação capital-trabalho e, em alguns casos mais isolados ainda, inserindo-se numa perspectiva própria dos trabalhadores. Além disso, contam-se em um ou dois dedos da

mão o número de parlamentares considerados autênticos do atual Senado (situação que não deveria ser muito diferente após as próximas eleições), o que não preencherá os 10% de senadores exigidos pelas reformas. Em última análise, dificilmente este também deixaria de ser um partido pouco representativo ou, para usar a expressão, "um MDB melhorado".

Um partido dos Trabalhadores?

Mas as reformas talvez apresentem algumas surpresas. Na mensagem que enviou ao Congresso Nacional por ocasião do encaminhamento do projeto, o General Geisel afirmava quanto à organização partidária: "são estabelecidas distinções entre organização e funcionamento dos partidos. Liberaliza-se a organização e condiciona-se o funcionamento à representatividade política eleitoral. A organização está ao alcance de todos, o funcionamento estará sempre sob a dependência do constante apoio popular".

De fato essas distinções não existem na atual Constituição: nela as exigências para o funcionamento dos partidos são as mesmas feitas para a sua organização. Isto é, as inscrições por parte dos eleitores (atualmente em número de 1.500.000) tem de ser apresentadas previamente para se conseguir o registro do partido. Sem elas ele não pode ser fundado.

As reformas exigem "apoio expresso em votos" (quer dizer, em eleições e não subscrição) de 5% do eleitorado votante na última eleição geral (no caso será a eleição de 1978) ou (e não é) subscrição de 10% de deputados e senadores, nesta hipótese assinado como fundadores do partido. Essas exigências, porém, referem-se ao funcionamento do partido e não à sua organização e constituição.

Com respeito à organização dos partidos políticos, as reformas (que serão parte da constituição após 1º de janeiro vindouro) não estabelecem aquelas exigências de percentual, mas outros princípios: regime representativo e

democrático, baseado na pluralidade dos partidos e garantia dos direitos humanos fundamentais, personalidade jurídica, mediante registro dos estatutos, inexistência de vínculo de qualquer natureza com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros, âmbito nacional. Alguns desses requisitos, a propósito, são de antemão preparados para eventualmente colocar partidos na legalidade, tal como ocorreu a cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro em 1947, numa espécie de pulo do gato mal dissimulado.

A despeito dessas incertezas (que dependerão talvez muito mais da conjuntura política que de artificios jurídicos) ficará aparentemente a possibilidade constitucional de se organizar partidos políticos sem as restrições draconianas de hoje e independentemente de apoio de uma parcela significativa dos parlamentares eleitos em novembro de 1978.

Porém é chegada a nossa vez de dar o pulo do gato: afinal as palavras da mensagem presidencial não são exatamente as das reformas. Nestas últimas diz-se que "a organização e o funcionamento dos partidos políticos (...) serão regulados em lei não pode restringir um direito garantido pela Constituição: mas de que valeriam princípios formais de direito frente a realidade de uma democracia relativa? E mais: não se falou ainda na revogação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, nem de seus dispositivos que contrariam as reformas constitucionais recentes, como é o caso da existência daquele percentual de eleitores para o registro de um partido político. E não custa lembrar um caso semelhante: em 1946, a Constituição promulgada pela Assembleia Constituinte garantia o direito de greve. No entanto, a legislação que acabou de fato prevalecendo pelos 20 anos seguintes foi a contida no Decreto 9070, outorgada meses antes da Constituição, e que trazia forte caráter coercitivo no que dizia respeito ao exercício desse direito pelos trabalhadores.

Maurício Godinho

ideologicamente pouco definidos, e portanto distantes de um enraizamento e uma identidade com os interesses dos trabalhadores. Assim, o governo Geisel acena com pouco mais do que hoje é o MDB, na melhor das hipóteses. Na aprovação do pacote, o governo jogou com muita habilidade. Deixou correr a isca do senador biônico, como aspecto provável de ser derrotado, e desviou a atenção da questão dos novos partidos. Por oportunismo ou incompetência política, muitos parlamentares engoliram. Mas o debate que aponta para a reorganização partidária cresce num ritmo que é impossível ignorar e vai se decidir mesmo é nas ruas, nos bairros, nos sindicatos, nas fábricas, nas universidades.

O debate começa a ferver

István Jancsó

A questão da reorganização partidária ganha terreno, atinge as ruas. E tem muita gente à busca de uma mão de gato para tratar do assunto, com medo de queimar a ponta dos dedos.

Por mais que isso possa parecer desagradável para muitos, é preciso reconhecer que no tocante à organização de novos partidos a iniciativa política permanece nas mãos do Governo. O desdobramento prático do processo iniciado com a chamada "missão Portela" mostrou que o Governo joga sujo, mas, incontestavelmente, com habilidade.

No que residu a habilidade do Governo? A resposta situa-se no campo da questão partidária. Sua vitória consistiu em deslocar o centro do debate político do ponto que é o seu (do Governo) calcanhar de Aquiles, a sua incapacidade de produzir instrumentos eficientes de sustentação político-partidária.

Que o novo pacote recém-aprovado é anti-democrático, isso não é novidade. O que pode surpreender, ao menos aqueles que tinham ilusões, é que a oposição parlamentar não tenha tido a capacidade (ou interesse?) em tocar no aspecto central da questão democrática que é, sem dúvida, a questão da liberdade de organização política. Não há como negar que a busca do caminho das liberdades democráticas passa por duas encruzilhadas: o restabelecimento do habeas-corpus para os chamados "delitos políticos" e a liberdade de organização política. O primeiro ponto é a pré-condição para o pleno exercício da prática democrática, pois garante o cidadão e limita o arbítrio. O segundo ponto é a condição do exercício da ação política que pode ser pensada sem o instrumental indispensável da organização política.

A isca

A questão da organização partidária encontrou, da parte dos senhores do poder, a resposta que lhes é a mais conveniente, e nem poderia deixar de ser assim. O debate mingado que se seguiu à proposição do Governo a esse respeito foi esclarecedoramente tímido.

Parlamentares de ambos os partidos se negavam a tratar da questão, e foi preciso que um liberal conservador da Arena, senador pela Bahia e antigo Chefe da Casa Civil de Castello Branco viesse a colocar a coisa nos seus devidos termos ao afirmar que o problema da reorganização partidária só pode ser equacionado legitimamente se todas as tendências políticas e sociais do País puderem se organizar segundo seus próprios interesses.

Da parte da Oposição parlamentar, e mesmo de seus setores mais combativos (?), o que se viu foi o início de um contorcionismo mental para ver como é que dava para "driblar" a nova proposta. Não que se esperasse que os senhores do MDB derrubassem a proposta oficial, já que isto era tecnicamente impossível. O que se esperava é que tomassem uma posição clara de repúdio à nova formula, nem que fosse, simplesmente para evitar que ficasse a impressão (e esta ficou!) de que docemente constrangidos aceitavam pressurosos a condição de barões da vida partidária brasileira que o regime lhes lançava no regaço.

Intenções e subjetividades à parte, restou a constatação de que, se não houve oportunismo da parte deles, houve incompetência política. Entraram seu fogo na isca que o Governo lançou, o gangrenado senador biônico, abandonando o essencial, que era a questão da liberdade de organização política. E já estão arregaçando as mangas para fazer face ao árduo trabalho de listagens e conchavos para saber de antemão, as concessões necessárias para produzir um partido que o Governo determinou que fosse criado ao impor as regras do jogo.

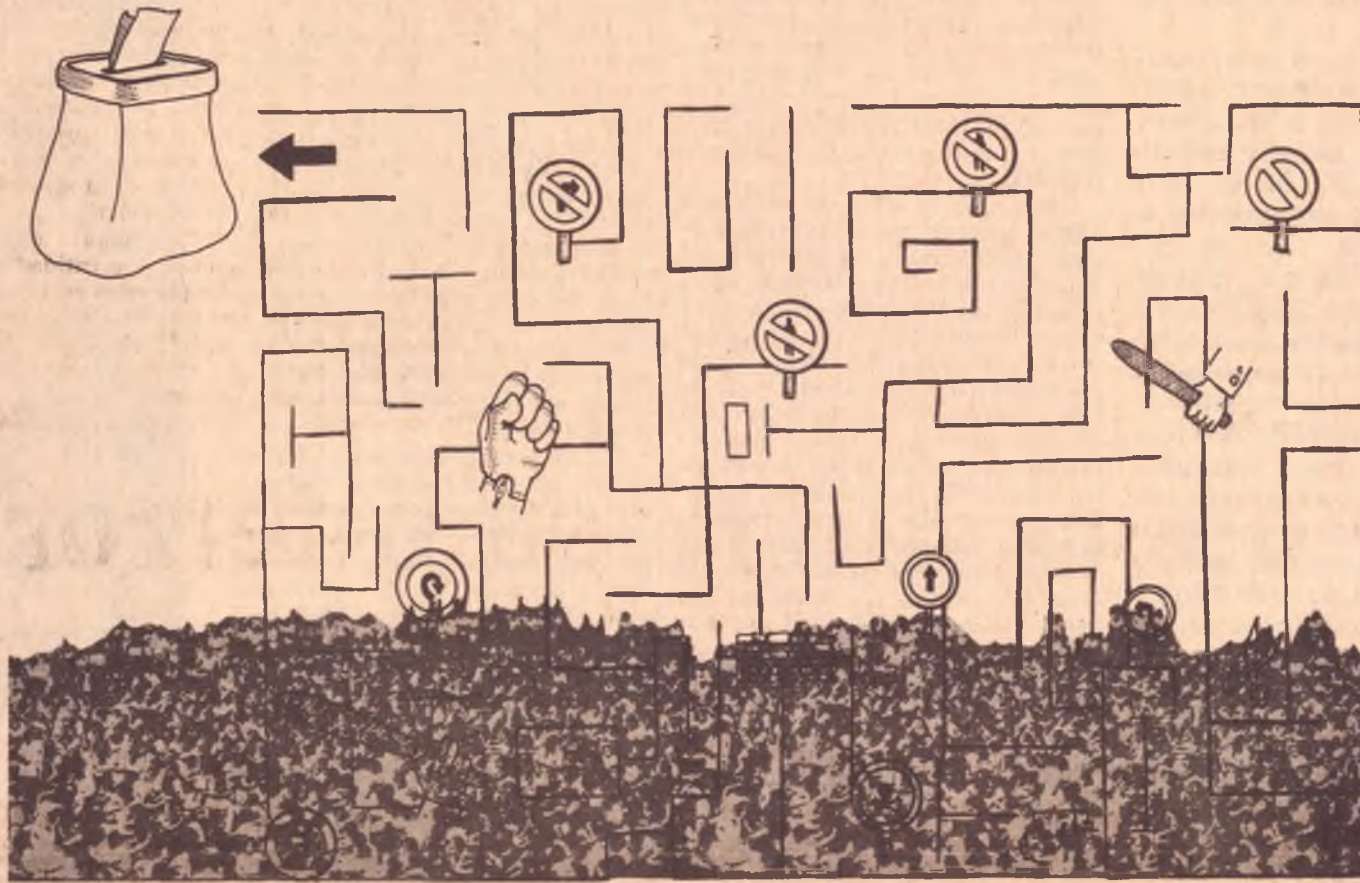
A coisa vai mal, mas poderia ir pior. Pois sempre é bom não esquecer que existe um outro universo que não aquele dos donos do poder. E é por aí que a questão da organização partidária deve ser situada, e mais do que isso, deve ser conduzido.

O debate que aponta para a organização de novos partidos cresce num ritmo que é impossível ignorar. Os movimentos sociais se politizam, a política ganha as ruas. E este o processo que os apunhaçados do regime temem e os liberais da oposição são incapazes de compreender. E é este o processo que o novo pacote, recém empurrado pela goela abaixo da nação objetiva atalhar. Porque não há como negar: a questão da organização partidária vai se decidir mesmo é nas ruas, nos bairros, nos sindicatos, nas fábricas, nas universidades. Existe hoje uma imensa fermentação política a espera do encaminhamento adequado. Os setores organizados das classes trabalhadoras avançam nas suas proposições e na sua própria organização e, cada vez mais diretamente, defrontam-se com o poder do Estado e, portanto, politizam-se. A conjuntura se altera rapidamente, e essa mudança de conjuntura politiza a totalidade das questões setoriais. E a prova disso é que não se discute mais a necessidade ou não de um partido das classes trabalhadoras, um partido das camadas populares. O que se discute, em círculos crescentes, é a qualidade que esse partido deverá vir a ter.

Está cada vez mais claro que a conjuntura politiza, mas a produção das respostas adequadas para a conjuntura é uma tarefa específica. A politização das lutas setoriais (sindicais, populares, estudantis, e de outras camadas sociais) aponta uma necessidade, mas não pode gerar espontaneamente as respostas adequadas. Sindicato não é partido, e nem vai produzir partido algum. Associação de bairro da mesma forma, e a listagem poderia ser enorme. Mas sindicalistas, moradores de bairros de periferia, trabalhadores rurais, membros de pastorais operárias ou estudantis, estes, todos juntos, ao sentirem a necessidade de contarem com um instrumento que aumente a eficácia de sua ação face ao poder, estes poderão, por imposição da realidade, produzir um partido.

Eis um caminho que poderá vir a ser trilhado, ou não: um partido que unifique os objetivos e as lutas das classes trabalhadoras, dos 95% de brasileiros que, durante quinze anos oscilaram entre a fome, a repressão e as ilusões diante de um hólo que ia ser repartido e que hoje se percebe que alguém já comeu.

Flavio Andrade



Maquinações do Planalto

Se a reordenação partidária que virá tem algo de conquista de espaço político pelos setores populares, no entanto, no fundamental, ela é uma tática do regime para se ver livre do plebiscito que é o bipartidarismo atual a cada eleição. E cujo resultado tem sido e continuará sendo um vigoroso protesto contra o regime militar.

Tanto é assim, que o governo já ensaia várias medidas para circunscrever a reordenação partidária aos limites toleráveis. Num primeiro lance, a repressão à Convergência Socialista serviu como indicador de que o regime não pretende permitir articulações ideológicas mais definidas com os interesses dos trabalhadores. Num segundo, a legislação partidária baixada pelo pacote das reformas revelou-se além de restritiva, pelos critérios nu-

méricos elevados, também fisiológica, ao colocar o surgimento de novos partidos na dependência de iniciativas exclusivamente parlamentares. Ainda que a lei seja algo ambígua e caiba regulamentação, no entanto esta é a interpretação mais provável. E num terceiro lance, o grupo do Planalto tenta desde já antecipar-se às articulações, no sentido de produzir resultados que lhe sejam favoráveis.

Para tal tarefa o governo conta com vários trunfos. De início, o aparato repressivo para qualquer eventualidade. Também o MDB, pelo seu silêncio diante da nova legislação, compactuando com suas características, entrou no jogo do regime, prestando-lhe um grande serviço. E se o partido da oposição ainda merece ser o depositário do protesto popular nas eleições

eleições, isto se dá apesar da vontade e ação de suas direções, e pela tradição de voto de protesto que acumulou. Em especial pela atuação de seus segmentos mais combativos.

Mas a grande arma do governo na rearticulação partidária está no fato de que passando a governar não mais sustentado num único partido, mas através de coligações partidárias, ele é quem tem cargos para distribuir a integrantes de mais de uma agremiação. E dispoñdo deste poder o governo já se lançou em campo nos conchavos. Fala-se da criação de um terceiro partido, maquinado por Golberi, chefe da Casa Civil do governo, reunindo principalmente, não só aqueles elementos da Arena e o MDB que conseguiram manter um mínimo de aparência de integridade ao longo destes

anos, do ponto de vista burguês: Magalhães, Teotônio Vilela, Herbert Levy, a cúpula do MDB, e os chaguistas. Igualmente o governo tenta penetrar no campo popular, minando-o. Seja promovendo o trabalho fisiológico a se reestruturar, através de Ivete Vargas (filha de Getúlio Vargas), Maluli Neto (político paulista ligado aos pelegos sindicais) e outros direitistas do antigo trabalhismo. Seja até mesmo tentando jogar com Brizola e sua volta, num estilo semelhante ao dos militares argentinos com relação a Perón, como pode indicar por exemplo, a notícia de que emissários do governo teriam sido enviados ao líder do ex-PTB para aconselhá-lo a esperar mais um pouco para voltar. Só que numa semelhança nada mais que caricatural, e pelos dois lados, o dos mili-

tares e o de Brizola. No entanto, pelo menos em alguma medida, Brizola não recusa o jogo, e trata de se reabilitar dos tempos passados numa escala para muitos, no mínimo, decepcionante.

A prevalecer este quadro e a conjuntura do país não dando grandes saltos em direção à democracia, o mais provável é que surja uma única agremiação partidária correspondendo em alguma medida ao campo popular. Algo como um MDB atual, depurado dos conservadores e unido socialistas, trabalhistas, nacionalistas, democratas radicais etc.

Mas mesmo assim, cabe aos setores mais combativos da oposição popular aproveitar as brechas do pouco de conquista que tem a reordenação partidária atual e lutar para que este par-

tido tenha, no mínimo uma plataforma democrática radical de luta contra o regime, uma participação ampla das massas com atuação também voltada para o campo extra-parlamentar, e uma estrutura democrática com vistas a abrigar tendências. E aí, como tendência, forcem, desde já, a sua organização enquanto socialistas para uma atuação unida, porém diferenciada, numa luta democrática. Pois somente se assim fizerem, articulando-se desde já, é que eles poderão conseguir, no mínimo, não se dissolverem no patamar geral deste partido, e no máximo, forçar, nos desdobramentos da conjuntura e nas brechas da lei, a sua articulação enquanto um movimento partidário próprio.

Flavio Andrade

Oposição: partidos populares à vista.

O "MDB depurado" ou o "partido dos autênticos"

A aglutinação de socialistas, trabalhistas e democratas em um só partido é a proposta que o deputado federal Ayrton Soares, MDB-SP, apresentou na semana passada como a melhor alternativa para a reorganização partidária que se fará após as eleições de novembro. Ao distribuir um documento com tal conteúdo, Ayrton se transformou no primeiro parlamentar a fazer uma proposta aberta de reorganização partidária, que ao seu ver seria muito mais uma frente — "uma espécie de MDB depurado" do que um partido no sentido estrito da palavra. Nas atuais condições, diz seu documento, "a divisão da oposição em um, dois, três, muitos partidos é a melhor maneira de entrar no jogo do próprio regime".

Apesar de falar apenas em nome próprio, Ayrton Soares ao tornar pública a proposta reflete já um dado grau de articulação dentro dos chamados autênticos e o seu documento é fruto, entre outras coisas, de um debate prévio existente neste grupo de parlamentares do MDB. As articulações, contudo, não se limitam apenas ao parlamento, e tal proposta já foi amplamente discutida com os ex-parlamentares Francisco Pinto e Lysânias Maciel, que se mostraram bastante sensíveis a ela. Os seus articuladores estão otimistas quanto a possibilidade dos autênticos aderirem a proposta e calculam que pelo menos 40 deputados poderiam ser trabalhados com vistas a apoiar o projeto. O otimismo não se restringe apenas à adesão dos autênticos. Segundo Ayrton Soares, é possível que a articulação dos brizolistas em torno de um partido trabalhista venha desaguar num tipo de partido que ele está propondo, o mesmo ocorrendo com as articulações em torno de um Partido Socialista. Raciocina, ele que ninguém vai ter forças para fazer um partido apenas de sua tendência, colocando-se quase que como única alternativa a unificação dos autênticos com os trabalhistas e os socialistas. Aliás, articulações neste sentido já foram feitas há cerca de nove meses, no exterior, mas que não resultaram em nada de concreto. No atual momento, articula-se um novo encontro destas três correntes, que deverá ocorrer logo após as eleições. Como Lysânias Maciel chegou ao Brasil nesta semana e como no exterior ele vem mantendo contato neste sentido, é possível que surjam novidades em breve. Eis na íntegra, a proposta distribuída por Ayrton Soares:

Um grupo de parlamentares autênticos tem desempenhado um destacado papel na luta contra o regime autoritário. Foram as vozes que denunciaram no parlamento, as torturas e desmascararam o engodo do "milagre econômico" desnudando os custos que este crescimento acarretou para as camadas populares. Como reflexo de sua atuação e de sua coerência política, os autênticos foram vítimas dos atos arbitrários do Governo e muitos foram atingidos pela espada do AI-5.

Hoje, a situação política do país

já não é a mesma do período de Médici e a Nação é vridada por um vasto sentimento anti-regime autoritário. Cresceram enormemente as responsabilidades do grupo Autêntico. Mas que nunca se exercem-se na união deste grupo de parlamentares com outras parcelas da oposição popular para a definição de um projeto político capaz de identificar os anseios de milhões de brasileiros que clamam pelo fim do regime autoritário e necessitam de uma alternativa de ação política onde estejam contemplados os seus reais interesses.

A crise do regime e as reformas

A crise do regime já chegou a tal ponto que o general Geisel não conseguiu impor com tranquilidade o seu sucessor, nem mesmo e muitos dos que sempre apoiaram os governos do Regime insistem no seu 1984. Nos quadros há insatisfação também se faz presente e as sucessões estaduais geraram novas dissidências que, mesmo sendo fisiológicas, ridicularizaram mais ainda a farsa das eleições. Empresários beneficiários da época do "milagre" exigem uma nova reordenação econômica e suas parcelas mais esclarecidas exigem regras mais flexíveis para arbitrar o conflito entre o capital e o trabalho.

Depois de 10 anos, os operários foram à greve em proporções surpreendentes. Seus exemplos foram seguidos por outros setores de assalariados, profissionais liberais e funcionários públicos. Enquanto os estudantes continuavam dando provas de sua combatividade, questões como Anistia, Constituinte, Liberdade de Organização e Expressão são reivindicadas por importantes segmentos da sociedade; inclusive por parcelas de trabalhadores que já se pronunciaram sobre estas e outras questões políticas. Como resultado de tais mobilizações — e das divisões internas do bloco dominante — ao Regime faltam condições políticas para fazer funcionar com a mesma intensidade de antes os seus tradicionais mecanismos de repressão.

Apesar de a crise, persiste o engodo da chamada "Revolução de 64". Para continuar, há que reformar, dentro do AI-5, mas exercem-se na Constituição de 1960 outros dispositivos repressivos, como o Estado de Emergência. Permite-se a criação de novos partidos, mas através de regras que tornam extremamente difícil o surgimento de partidos autenticamente populares. Por outro lado, vislumbram-se outras saídas políticas que mesmo podendo levar ao fim do Regime Militar — serão necessariamente insatisfatórias. Não só porque seus compromissos com as liberdades

As eleições e a reorganização partidária.

É mais do que certo que o Governo Militar sofrerá uma nova e contundente derrota nas eleições de novembro, quando o povo votará no Partido popular. Mas se este, por seu irreverente desejo de ver-se livre do Regime Autoritário. Desde já, porém, é necessário evidenciar os parlamentares e candidaturas populares, comprometidos de uma forma efetiva com a luta pelo fim do autoritarismo e pela conquista das liberdades democráticas,



Um grupo de parlamentares autênticos tem desempenhado um destacado papel na luta contra o regime autoritário. Foram as vozes que denunciaram no parlamento, as torturas e desmascararam o engodo do "milagre econômico" desnudando os custos que este crescimento acarretou para as camadas populares.

dando uma qualidade nova à vitória do MDB. É necessário portanto, formar um bloco de candidatos, sintonizados com as aspirações populares e capacitado a dar continuidade de uma frente política de luta intransigente contra o Regime Militar. Esta frente parlamentar — a ser formada no próprio processo eleitoral não tem a pretensão de substituir as várias oposições que hoje vivem em harmonia com os sentimentos e em coordenação e que não limitam sua atuação ao parlamento. Ela será a expressão institucional destas várias oposições e em vez de enfraquecê-las atuará no sentido de fortalecê-las. A prevalecer os planos do governo ainda não será desta vez que a reorganização partidária se dará num clima de liberdade. Segmentos da sociedade brasileira, continuamente impedidos de se expressar politivamente de forma de atomizar a opo-



Um grupo de parlamentares autênticos tem desempenhado um destacado papel na luta contra o regime autoritário. Foram as vozes que denunciaram no parlamento, as torturas e desmascararam o engodo do "milagre econômico" desnudando os custos que este crescimento acarretou para as camadas populares.

sição, eventualmente marginalizar seus setores mais combativos e projetos partidários que não contem com amplo respaldo social. E, ao mesmo tempo, uma tentativa de reverter a base de sustentação política do regime. Em tais circunstâncias, a divisão dos opositoristas mais combativos em dois, três, muitos partidos é a melhor maneira de entrar no jogo do próprio regime. Convém a estes opositoristas manterem-se aglutinados no mesmo projeto partidário, tendo realismo suficiente para entender que, por se dar ainda nos quadros do atual regime, as futuras agremiações políticas serão limitadas. Tais limitações, entretanto, não podem servir de pretexto para que se abra mão de critérios necessários à formação de uma futura agremiação opositorista. Representando

— A reordenação partidária está em curso. Que tipo de partido você julga necessário para o momento que se abre? — O que eu vejo como necessário num quadro de reorganização partidária seria a criação de um partido que desse lugar para a representação das classes trabalhadoras de maneira mais ampla que se puder. Eu diria que uma das dificuldades de nosso sistema democrático do período 46/64 foi precisamente o fato de que, por várias circunstâncias que não seria o caso de discutir aqui, nós não tivemos no quadro de representação partidária, o explicito reconhecimento do direito de representação política partidária dos trabalhadores. Então eu acho que um partido deste tipo, voltado para os interesses dos trabalhadores, é uma condição para o funcionamento de uma democracia que expresse de modo mais próximo aquilo que a realidade das forças sociais na realidade brasileira. Um partido deste gênero teria que ser obviamente um partido popular, de tipo democrático e um partido voltado para uma proposta de reorganização da sociedade no sentido do socialismo. Popular porque deveria haver lugar não apenas para a representação da classe operária industrial, mas também para ocupando um lugar estratégico, mas também para a representação de outros setores populares; portanto um partido amplo e de massas. De tipo democrático no sentido de sua organização interna, porque uma outra debilidade das forças organizadas, as frentes partidárias do pré-64 que se propuseram, cada qual à sua maneira, a representação dos interesses populares, era a representação por auto-nomeação de seus autênticos representantes em nome da classe operária e não obstante se encontrava muito distante dos operários em carne e osso. Portanto é necessário uma ampla democracia interna sem a qual simplesmente reprimiríamos os erros já conhecidos do passado. E um partido orientado para o socialismo no sentido em que eu já não vejo como seria possível a sociedade brasileira ocupar um lugar suficiente, nem diria pleno, os interesses populares sem que houvesse uma reordenação social. Reorganização que significasse um controle progressivo dos trabalhadores e das classes populares sobre o processo produtivo e sobre o próprio poder. Esta a proposta que mais me atra-

— Mas próximas eleições representam a primeira grande oportunidade de para a efetiva articulação de uma agremiação deste tipo. A articulação de uma frente nacional de candidatos e parlamentares consequentes certamente será um passo importante para a formação desta nova agremiação opositorista, que, apesar de ser mais definida politicamente, não excluirá a realização de ações comuns com outros setores que eventualmente se oponham a atos do Regime Autoritário. Naturalmente, tal partido de oposição não vai surgir apenas de uma frente de honra a existência de uma ampla democracia interna capaz de propiciar e permitir a livre expressão dos diversos pensamentos políticos que venha a agregar. Só assim, inclusive, é possível garantir que as bases de tal agremiação participem decisivamente de sua vida partidária. — Em relação ao pré-64 que se propuseram, cada qual à sua maneira, a representação dos interesses populares, era a representação por auto-nomeação de seus autênticos representantes em nome da classe operária e não obstante se encontrava muito distante dos operários em carne e osso. Portanto é necessário uma ampla democracia interna sem a qual simplesmente reprimiríamos os erros já conhecidos do passado. E um partido orientado para o socialismo no sentido em que eu já não vejo como seria possível a sociedade brasileira ocupar um lugar suficiente, nem diria pleno, os interesses populares sem que houvesse uma reordenação social. Reorganização que significasse um controle progressivo dos trabalhadores e das classes populares sobre o processo produtivo e sobre o próprio poder. Esta a proposta que mais me atra-

— Na hipótese de que o quadro se apresente tão estreito de modo a que o que nós venhamos a ter seja uma espécie de MDB mais autêntico, vai haver uma mudança apenas de grau com relação ao que nós temos hoje. Do mesmo modo que o MDB é uma espécie de federação de tendências, assim as mais diversas, talvez nós tenhamos a possibilidade de alcançar a realidade de um partido que seria muito mais uma imposição das circunstâncias do que uma escolha. Contudo é uma hipótese possível e que eu não quero descartar. — E como aqueles que defendem um partido mais definido pelo socialismo, você entre eles, se posicionaria diante de uma situação destas? — O que cada pessoa ou tendência identificada com os interesses populares deveria ter em mente é entender que o mesmo modo de se constituir um partido mais definido pelo socialismo, não é a mesma coisa de se constituir um partido mais definido pelo socialismo. Isto deveria ocorrer também, e com muito mais razão, num MDB depurado como você menciona. Quanto a ser uma espécie de movimento de resistência popular. Nesta hipótese, não é a minha, mas a de quem se constituiria, na minha opinião, que se constituiu mesmo do mesmo modo que se constituíram hoje. Mas tendências de oposição, em escala diversa da situação atual pelo menos nos estados em que o MDB tem alguma coisa de um partido democrático. Assim o partido que você menciona não poderia ser constituído de alguns parlamentares a tentativa de se constituir como uma algarquia partidária antes mesmo de

— Um movimento de resistência liberal-democrática. Mas mesmo que se de a hipótese mais otimista, que é aquela que eu creio, onde se poderia criar partidos de baixo para cima, com uma estruturação democrática e com uma orientação de tipo socialista, seria imprescindível a possibilidade neste partido de formação de tendência. No entanto este partido seria superior a um movimento de resistência; seria um movimento com uma unidade programática mínima que dissesse respeito na sua expressão maior a uma reorganização da sociedade no sentido do socialismo. Em outras palavras, seria um partido político e não um movimento. — Mas a prevalecer um "movimento de resistência popular", como a representação única dos interesses populares dentro da reordenação partidária, você estaria pela organização dos socialistas ali, enquanto uma tendência? — Veja, no caso do MDB atual, onde ele tem um mínimo de estruturação democrática, existem tendências de opinião. Estas tendências não se expressam claramente no plano de propostas alternativas porque o conjunto do MDB se define como um movimento de resistência num horizonte liberal democrático, então as diferentes tendências que se dão no seu interior não são impulsionadas a priorer alternativas, ficando limitadas as denúncias com um dado pela sua denominação. Agora, na hipótese que você configura de que há reordenação partidária o quadro se mostre tão restrito de modo que só seja possível um MDB sem a sua ala mais conservadora, aí eu tenho a impressão de que seria possível e que deveria ser necessário, na minha opinião, que se constituíssem tendências do mesmo modo que se constituíram hoje. Mas tendências de oposição, em escala diversa da situação atual pelo menos nos estados em que o MDB tem alguma coisa de um partido democrático. Assim o partido que você menciona não poderia ser constituído de alguns parlamentares a tentativa de se constituir como uma algarquia partidária antes mesmo de

Entrevista a Flávio Andrade

A trajetória de Brizola, de Carazinho ao novo PTB

A expulsão de Leonel Brizola do Uruguai há um ano atrás relançou-o publicamente no redemoinho da luta política brasileira, mesmo condenado a viver no exílio ainda por algum tempo. Herdeiro de Getúlio Vargas, expoente do trabalhismo e figura associada intimamente ao movimento popular do período pré-1964, ele recoloca em cena a hipótese do surgimento de "um novo PTB", agremiação partidária a estas alturas já em adiantadas articulações, tanto no plano nacional, quanto no internacional. Aqui, o caminho percorrido pelo gaúcho, desde a sua terra natal, passando pelo exílio, e chegando ao debate da reordenação partidária.

Leonel de Moura Brizola, nasceu a 22 de janeiro de 1922, no município de Carazinho, no Rio Grande do Sul, último filho de uma série de cinco, de uma família modesta dedicada a agricultura, que com a morte do pai, vê suas condições de vida piorarem. A mãe, Francisca, dirige-se então para a cidade a fim de trabalhar e leva junto Leonel, que assim consegue estudar. Em 1936 estuda em Técnicas Agrícolas em Porto Alegre, enquanto trabalhava num posto de gasolina e como ascensorista. Entre 1940/45 desperta para a política ao mesmo tempo que começa a cursar engenharia.

Com a queda do Estado Novo, em 1945, participa da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro, no Rio Grande do Sul, do qual se torna líder do setor jovem. Logo depois, em 1947 se elege deputado estadual com 3711 votos, colocando-se em 11.º lugar.

Nesta mesma época casa-se com Neusa Goulart — irmã de Jango — tendo Getúlio Vargas como padrinho de casamento. A trajetória de Brizola está intimamente ligada com a trajetória do PTB no Rio Grande do Sul, onde o partido teve algumas particularidades que o distinguíu do partido a nível nacional. Desde sua fundação por Getúlio, o partido a nível nacional defendia um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, expressão política do pacto nacional populista o qual representava uma aliança de determinados setores da burguesia com segmentos populares pela defesa dos interesses de um nacionalismo econômico do qual todos supostamente se beneficiariam. Mas a prática política do partido, seus métodos de trabalho e sua composição social não ficavam longe dos tempos da ditadura Vargas. Demagogias, manobras, a prática do caciquismo, como formas de ganho nas eleições, o afastavam cada vez mais dos interesses dos trabalhadores.

Experiência e formação No Rio Grande do Sul, os trabalhadores na sua maioria apoiavam o PTB, o Partido Comunista não tinha muita influência, e intelectuais e outras forças progressistas tendiam para o trabalhismo. Assim, socialistas humanistas lideradas por Alberto Pasqualini junto com um setor operário que vinha do anarquismo, formavam forças que conseguiram equilibrar em alguma medida o

que buscar o apoio popular para manter-se no poder, o que por sua vez levava a uma maior radicalização do populismo sob pressão popular. No campo surge o Movimento dos Agricultores Sem Terra — MASTER — que começa a radicalizar e ocupa várias fazendas. E Brizola tinha que ir ratificando a ação política e saísse do isolamento em que se encontrava no Uruguai passando a fazer contactos a nível internacional. Um líder da segunda internacional — Luis Carlos Muricy — desentendeu uma forte crise militar, pois estes já o consideravam um agitador comunista. Finalmente, a poucos meses do golpe, Brizola tenta organizar a nível nacional os chamados "grupo dos onze", que compunha onze pessoas de cada cidade, que teriam o objetivo de tomar o poder, mas não tendo claro nem como nem para que.

O golpe a caminho O impasse maior surgiu depois do grande ato de massas convocados por Brizola, no dia 13 de março no Rio, e reuniu cerca de 100 mil pessoas no sentido de forçar Goulart a se comprometer com as reformas de base. Mas o golpe não ocorreu e Brizola se mobilizou em torno de Brizola, percebendo que as coisas estavam planejadas a bastante tempo. Desde algum tempo Grande do Sul, mas diante da desorganização das massas e da vacilação de Goulart, o movimento fracassa e dois dias depois ele se exilava no Uruguai.

O debate no exílio No exterior entre os exilados o debate se inicia logo, e em meados de 1977, se reúnem em Paris diversos intelectuais exilados e alguns outros vindos do Brasil. Um dos resultados da reunião foi a atribuição a Maurílio Ferreira do antigo PTB de Pernambuco e exilado na Argélia, de elaborar um documento analisando a conjuntura e formulando saídas. Sua análise apontava para a necessidade de se recriar o PTB, só que agora vinculando à segunda Internacional, em virtude de recursos e de con-

diência de formulações. Mas constatada a dificuldade de se recriar o PTB, o documento fazia um apelo para o Brizolismo assumir o comando da reestruturação no papel de herdeiro histórico do trabalhismo de Vargas, depois da morte de Goulart em 1976. Recomendava que Brizola assumisse este compromisso político e saísse do isolamento em que se encontrava no Uruguai passando a fazer contactos a nível internacional. Um líder da segunda internacional — Luis Carlos Muricy — desentendeu uma forte crise militar, pois estes já o consideravam um agitador comunista. Finalmente, a poucos meses do golpe, Brizola tenta organizar a nível nacional os chamados "grupo dos onze", que compunha onze pessoas de cada cidade, que teriam o objetivo de tomar o poder, mas não tendo claro nem como nem para que.

Em 1966, com as eleições já agora em torno da ARENA e do MDB, a oposição no Rio Grande do Sul praticamente passou a ocupar o lugar do antigo PTB. E a liderança de Brizola ainda é forte. Brizola encontra uma grande resistência no Rio Grande do Sul, mas diante da desorganização das massas e da vacilação de Goulart, o movimento fracassa e dois dias depois ele se exilava no Uruguai.

Sem revanchismo Em suas explicações à imprensa sobre porque os Estados Unidos, Brizola afirmou: "Preferi ir aos Estados Unidos por dois motivos. Primeiro porque era um das únicas opções que me resta-

vam; segundo porque sinto-me muito identificado desde o ponto de vista humano e político com os novos valores que sopram nos Estados Unidos". No Uruguai instalou-se em sua fazenda no município de Durazno. Cercado por pessoas também exiladas, algumas de esquerda, chegou um momento em que Brizola levava alegria disposto a aderir a tese de que somente pela luta armada se poderia levar algum projeto adiante. A tentativa de instalação de um foco de guerrilha em Capará, em 1966, em crescimento que fracassou antes mesmo de se iniciar, passava pelo Uruguai. O nome de Brizola foi proibido de ser mencionado em qualquer órgão de comunicação social no Brasil, enquanto que nos tribunais militares Brizola era julgado e revelado, acusado de agitação comunista, difamação das Forças Armadas e corrupção sendo condenado a vários anos de prisão.

Reerguendo o PTB A partir de 1978 seus contactos internacionais aumentaram. De Janeiro a março Brizola esteve em todo o mundo, reunindo-se com exilados simpatizantes à ideia do PTB e contactando a II Internacional também. Em especial com Francisco Julião, antigo líder das ligas camponesas do nordeste. Também articulou com vários intelectuais, entre outros, Teófilo dos Santos, Herbert de Souza (vindo do Canadá) e Thiago Cintra. Deste encontro saiu inclusive um plano de trabalho, com o objetivo de reorganizar o PTB em Pernambuco para o governo do PTB, mas pelo que se sabe sem sucesso definitivo. No dia 21 de fevereiro de 1978 Brizola volta a dar uma entrevista. Sobre os socialistas disse: "Em termos de interesses populares há dois campos hoje no Brasil. Por um lado os socialistas, com seus líderes, intelectuais, jovens, populares, pela ideia de um partido socialista. Este partido socialista poderá surgir muito rico em quadros, mas com limitação de penetração popular. De outro lado está uma realidade histórica, o PTB, que antes de 1964 foi o cliva vertebral do movimento popular... O PTB poderá ressurgir com grandes massas e limitações de quadros. Fazer a isto nós nos propomos a unir esforços entre a tendência socialista e a realidade trabalhista... Quanto ao programa desta união seria mais social democrática do que socialista".

Reerguendo o PTB A partir de 1978 seus contactos internacionais aumentaram. De Janeiro a março Brizola esteve em todo o mundo, reunindo-se com exilados simpatizantes à ideia do PTB e contactando a II Internacional também. Em especial com Francisco Julião, antigo líder das ligas camponesas do nordeste. Também articulou com vários intelectuais, entre outros, Teófilo dos Santos, Herbert de Souza (vindo do Canadá) e Thiago Cintra. Deste encontro saiu inclusive um plano de trabalho, com o objetivo de reorganizar o PTB em Pernambuco para o governo do PTB, mas pelo que se sabe sem sucesso definitivo. No dia 21 de fevereiro de 1978 Brizola volta a dar uma entrevista. Sobre os socialistas disse: "Em termos de interesses populares há dois campos hoje no Brasil. Por um lado os socialistas, com seus líderes, intelectuais, jovens, populares, pela ideia de um partido socialista. Este partido socialista poderá surgir muito rico em quadros, mas com limitação de penetração popular. De outro lado está uma realidade histórica, o PTB, que antes de 1964 foi o cliva vertebral do movimento popular... O PTB poderá ressurgir com grandes massas e limitações de quadros. Fazer a isto nós nos propomos a unir esforços entre a tendência socialista e a realidade trabalhista... Quanto ao programa desta união seria mais social democrática do que socialista".

Reerguendo o PTB A partir de 1978 seus contactos internacionais aumentaram. De Janeiro a março Brizola esteve em todo o mundo, reunindo-se com exilados simpatizantes à ideia do PTB e contactando a II Internacional também. Em especial com Francisco Julião, antigo líder das ligas camponesas do nordeste. Também articulou com vários intelectuais, entre outros, Teófilo dos Santos, Herbert de Souza (vindo do Canadá) e Thiago Cintra. Deste encontro saiu inclusive um plano de trabalho, com o objetivo de reorganizar o PTB em Pernambuco para o governo do PTB, mas pelo que se sabe sem sucesso definitivo. No dia 21 de fevereiro de 1978 Brizola volta a dar uma entrevista. Sobre os socialistas disse: "Em termos de interesses populares há dois campos hoje no Brasil. Por um lado os socialistas, com seus líderes, intelectuais, jovens, populares, pela ideia de um partido socialista. Este partido socialista poderá surgir muito rico em quadros, mas com limitação de penetração popular. De outro lado está uma realidade histórica, o PTB, que antes de 1964 foi o cliva vertebral do movimento popular... O PTB poderá ressurgir com grandes massas e limitações de quadros. Fazer a isto nós nos propomos a unir esforços entre a tendência socialista e a realidade trabalhista... Quanto ao programa desta união seria mais social democrática do que socialista".

Analizando o passado No dia 21 de fevereiro em Paris volta a dar uma entrevista. Sobre os socialistas disse: "Em termos de interesses populares há dois campos hoje no Brasil. Por um lado os socialistas, com seus líderes, intelectuais, jovens, populares, pela ideia de um partido socialista. Este partido socialista poderá surgir muito rico em quadros, mas com limitação de penetração popular. De outro lado está uma realidade histórica, o PTB, que antes de 1964 foi o cliva vertebral do movimento popular... O PTB poderá ressurgir com grandes massas e limitações de quadros. Fazer a isto nós nos propomos a unir esforços entre a tendência socialista e a realidade trabalhista... Quanto ao programa desta união seria mais social democrática do que socialista".

Analizando o passado No dia 21 de fevereiro em Paris volta a dar uma entrevista. Sobre os socialistas disse: "Em termos de interesses populares há dois campos hoje no Brasil. Por um lado os socialistas, com seus líderes, intelectuais, jovens, populares, pela ideia de um partido socialista. Este partido socialista poderá surgir muito rico em quadros, mas com limitação de penetração popular. De outro lado está uma realidade histórica, o PTB, que antes de 1964 foi o cliva vertebral do movimento popular... O PTB poderá ressurgir com grandes massas e limitações de quadros. Fazer a isto nós nos propomos a unir esforços entre a tendência socialista e a realidade trabalhista... Quanto ao programa desta união seria mais social democrática do que socialista".

Sobre as reformas antes de 64: "As críticas que foram feitas eram com a morosidade do poder legislativo. Sempre defendi que as reformas sociais deviam ser feitas através do Congresso Nacional. Mas não houve o pré-64: "Hoje me sinto com dificuldade para falar desta época. Não que seja difícil justificar minhas atitudes e erros, que não foram poucos... Quando os grupos onze nada mais foi do que uma tentativa desperada de salvar a democracia. Os grupos onze não foram organizações armadas. Meu erro foi não lhes ter dado o nome de Clube de defesa da democracia".

Sobre o sistema capitalista: "O grande desafio para todos os bons políticos, hoje, é atuar e trabalhar sobre a realidade capitalista... É claro que necessitamos fazer reformas que alcancem as grandes camadas da população brasileira. Mas não devemos considerar a função da livre empresa, da liberdade e do direito ao lucro e aos investimentos estrangeiros... O desenvolvimento tem que ser compatível com os interesses nacionais e a livre empresa".

EM TEMPO: Brizola prefere enfatizar outros temas. Insiste na unidade com os socialistas, em particular com o antigo PTB penetrar nas classes trabalhadoras no Estado, e chama a atenção para o fato de que a II Internacional tem no seu interior partidos mais avançados que os grandes e famosos partidos europeus.

Em julho saiu uma entrevista de Brizola na revista VEJA.

Cacá, o contra-patrolheiro da Liberdade.

Joaquim Pedro: "Evoluir da Estética da Fome para a Estética da Flor é ainda pelos menos prematuro no Brasil".

Em recentes depoimentos à grande imprensa (O Estado de S. Paulo, Jornal da Tarde, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo) o cineasta Cacá Diegues ("A Grande Cidade", "Os Herdeiros", "Xica da Silva", "Chuvvas de Verão" etc) oferece-nos um eloquente e preciso exemplo de "exercício de imaginação criadora". A chamada "classe política" brasileira - que insiste em não aprender as lições proferidas desde o Planalto (daí os "pacotes" e "embrulhos" de abril a

abril) - deveria render ao cineasta patricio as suas melhores homenagens por tão modelar uso e amostra de lucidez, inteligência crítica e de análise prospectiva...

Enquanto algumas tendências do "eurocomunismo" se esforçam em defender a tese da possibilidade das "forças revolucionárias e progressistas" - em plena vigência do Estado e sociedade capitalista - imporem a sua hegemonia, mediante a conquista e controle dos aparelhos ideológicos, Cacá advverte ao mundo que isso já está ocorrendo ao sul do Equador (uma vez

ESP, 10/9/78, pg. 27). Infere-se daí que esse policiamento - desde que é eficaz e real - está sendo feito através do controle que essa esquerda gulaquiana detém sobre os meios de comunicação, difundindo massivamente (como nos "países totalitários", esqueceu ele de dizer) sua visão dogmática, autoritária e infeliz da realidade social.

Nosso cineasta, contudo, ensina-nos ainda mais: essa esquerda intelectualizada não apenas controla os aparelhos ideológicos, como já alcançou, ou está prestes a fazê-lo, o próprio poder do Estado, de onde

te cassa os direitos políticos e outro que cassa os direitos profissionais de um cara fazer um filme?".

Portanto, aqui não restam dúvidas: parte da esquerda no capitalismo brasileiro - ou já se implantou o socialismo no País, sem que ainda a nação inteira (e a ONU) o saiba? - é tão responsável pelas diversas formas de violência e coerção existentes quanto o são os aparelhos repressivos do Estado.

Pobres e infelizes são estes nossos desprotegidos dissidentes nativos - no caso, mestre Glauber e seu fiel discípulo Cacá - sem recursos financeiros e impiedosamente boicotados pelos "comissários do povo" de realizarem suas obras-primas libertárias e de proclamarem à "nação cativa" suas verdadeiras inefáveis.

Cinema em transe

O fato de Cacá Diegues ter feito 3 filmes em menos de 3 anos - quando, em média, um cineasta no Brasil faz um filme em cada 3 anos - dever-se-ia a um descuido por parte dessa esquerda inquisitorial que manipula a seu bel-prazer os recursos financeiros, privados e estatais?

O que dizer também da ampla e irrestrita solidariedade e acolhida, que as atuais idéias de Cacá (e de Glauber) têm tido na "imprensa livre" (livre, pois, felizmente, ainda existem os Mesquitas, os Marinheiros, os Frias)? A este respeito, destaque-se que a longa entrevista de Cacá Diegues foi publicada nada menos do que duas vezes nas valorizadas páginas do prestigioso matutino da marginal do Tietê, além de editoriais no JT e em O ESP, elogiando a lucidez e a ousadia do cineasta. Comovente este súbito interesse pela causa do cinema nacional.

Quando da republicação da entrevista de Cacá Diegues, o jornal O ESP publicou alguns depoimentos de diretores de cinema, críticos de arte e artistas plásticos e de um dramaturgo acerca daquela peça

crítica perpetrada pelo inquieto diretor carioca. Com singelo título de "O cinema em transe depois da entrevista", a matéria abria-se com uma não menos preciosa advertência: "E, de repente, Cacá Diegues parece ter dito o que muita gente tinha vontade de ouvir - ou dizer"... Cacá ousara enfrentar o monstro de frente!

Os patoteiros P. César Sarraceni e Arnaldo Jabor solidarizam-se com o injustiçado, mas corajoso, Cacá. Sarraceni denuncia as afinidades do grupo com seu mestre espiritual, o inefável Guru Glauber: "O Glauber é chamado de reacionário quando é uma das poucas pessoas progressistas que há neste país". O dramaturgo Jorge de Andrade, autor do texto de telenovela "O Grito", aproveita a oportunidade para ampliar o raio de ação das patrulhas: "As patrulhas ideológicas não atuam apenas no cinema, mas em todos os setores, inclusive na televisão. Até na Globo, quem diria, hein? A imaginação criadora, contudo, alcança seu auge no depoimento de Ilka Marinho Zanotto, crítica de teatro. Atenção, leitor, cuidado, pense duas vezes antes de falar pois a entusiasta defensora de Cacá advverte: "O 'marcatismo de esquerda' está atuante no Brasil".

Fome e Flor

Dos depoimentos críticos à entrevista de Cacá Diegues, ressaltase o do diretor Eduardo Escorel ("Lição de Amor"): "Mas, afinal, quem está perseguindo esse rapaz? 'Xica da Silva' foi um grande sucesso de público. 'Chuvvas de Verão' está tendo uma boa carreira comercial, além de ter sido muito bem recebido pela crítica. Neste momento ele prepara os trabalhos para outro filme, com grande orçamento, produzido pela poderosa dupla Clark-Barreto".

Mais recentemente, o diretor Joaquim Pedro, respondendo às piixações (e 'entregações') da dupla Glauber-Cacá dirigidas à Associa-

ção Brasileira de Cinema (ABRACI) e à Cooperativa Brasileira de Cinema, entrou com todo o empenho no debate: "(...) o discípulo Diegues segue uma vez mais o mestre Glauber. Quem não achar seu filme melhor que todos é débil mental, canalha, e agora, comunista. É tudo apresentado como se alguém o estivesse atacando por fazer sucesso. Não é não, Cacá. E por causa do filme mesmo. Se o veredito das bilheterias, como indicador de qualidade, não fosse bem mais relativo que o das jurnas, cerca de quinze ou mais filmes da mesma época - 'Dona Flor', 'Gente Fina é Outra Coisa', 'Os Trapalhões' e várias pornochanchadas seriam melhores que 'Xica da Silva' já que renderam muito mais dinheiro".

Parte da atual estratégia retórica do novo Cacá, como igualmente tem feito mestre Glauber, consiste em exorcizar seu passado dentro dos quadros do chamado Cinema Novo. Vale, pois, a crítica de Joaquim Pedro: "Evoluir da Estética da Fome para a Estética da Flor é ainda pelos menos prematuro no Brasil".

Convenhamos que ninguém no mundo tem o direito de negar aos defensores de uma "nova barbárie" de deitarem nos confortáveis e bem pagos divãs da zona sul. Afinal, são rapazes inquietos, de extrema sensibilidade e de boas famílias. Vivem intensamente os dramas e os traumas a que as inteligências sensíveis estão submetidas quando limitadas pelos trópicos, pelo subdesenvolvimento e pela condição periférica.

Porém, o que "não dá pé" é termos que aguentar as suas lamúrias, os seus fantasmas e as suas inossas pregações libertárias à la "nouveaux philosophes" (do tipo: "nem prá lá, nem prá cá" ou "nem Pinochet, nem Brejnev"). Parafrazeando E. Escorel, dever-se-ia perguntar: mas, afinal, quem está perseguindo esses rapazes? Ou ainda: a quem servem esses rapazes? Apesar de não o saberem... Ou sabem? Caio Toledo



mais a Europa se curva ao Brasil?). Moço fluente e achegado à linguagem literária, afirma à grande imprensa que parte da esquerda no Brasil - da qual, esclarece, não faz parte - exerce uma verdadeira "política ideológica" sobre a criação. Em suas palavras: "são patrulheiros que ficam policiando permanentemente a criação, a criatividade, tentando limitar ou dirigir para essa ou aquela tendência" ((O

perversamente lança seus éditos, interditos e proibições aos pobres e indefesos artistas de orientação libertária.

Pasmem-se: "E as pessoas no Brasil estão fazendo hospital psiquiátrico para dissidentes".

Metáforas do jovem diretor, com quedas para a literatura fantástica?

O que dizer então de outros dois trechos de seu depoimento: "Vai chegar um momento em que antes de começar o filme, você vai ter o certificado da Censura, o certificado do Concine e o certificado das patrulhas ideológicas".

Mais adiante: "(...) qual é a diferença que existe entre o sujeito que

Curta-metragem, longa jornada.

Em Salvador, a VII Jornada Brasileira de Curta Metragem debate o cinema nacional e tira - entre outras esta conclusão: "O curta enfrenta uma crise que pode estourar já no próximo ano".

Sem dúvida alguma, as jornadas de curta-metragem, que há sete anos vêm sendo realizadas em Salvador, inicialmente a nível local, depois nordestina e hoje brasileira, têm representado um importante momento de debates e encaminhamentos de posições a respeito do filme nacional, mais precisamente o curta.

Idealizadas pelo cineasta baiano Guido Araújo, presidente do Clube de Cinema da Bahia e secretário da Associação Baiana de Cineastas Profissionais, as jornadas de curta-metragem conseguiram nestes últimos sete anos que as pessoas envolvidas na realização do curta brasileiro avançassem em vários itens para a conquista de um mercado.

O cineasta Sérgio Sanz, da Associação Brasileira de Documentaristas do Rio de Janeiro, fazendo uma avaliação do papel desempenhado pelas jornadas, aponta como pontos importantes a participação decisiva que tiveram os cineastas reunidos nestes encontros em relação à regulamentação do curta-metragem nos cinemas.

Outro avanço foi a elaboração do Projeto de Lei de Telecomunicação, do Ministério das Comunicações, ainda em mãos de Geisel para ser remetido ao Congresso Nacional, prevendo que as cadeias de televisão no País sejam obrigadas a contar com um percentual de 70% de filmes nacionais em suas programações.

Apesar de reconhecidas nacionalmente como um dos acontecimentos mais importantes para o cinema brasileiro de curta-metragem, as jornadas vêm perdendo ano a ano o apoio dos órgãos oficiais de política cultural e este ano tanto o governo da Bahia, através da Fundação Cultural do Estado, como a Universidade Federal da Bahia, negaram os recursos financeiros. Os cineastas, porém, continuam brigando para conseguir manter a sobrevivência dos encontros ao mesmo tempo em que afirmam a independência de suas posições.

Assim é que a negativa quanto aos recursos financeiros para a VII Jornada Brasileira de Curta Metragem, que foi realizada de 8 a 22 passado, numa homenagem postuma também a Paulo Emílio Sales Gomes e Olney São Paulo, foi algo positivo. Isso porque eles agora pensam em transformar a promoção numa instituição, que sem depender do financiamento do Esta-

do, elimine os sobressaltos de todos os anos, diante da dúvida quanto à possibilidade ou não de realização do encontro.

"Cinema nacional"

Os debates da VII Jornada, por sua vez, transcorreram mais uma vez dentro dos rumos da conquista do mercado para o filme nacional. O encontro, no entanto, não conseguiu avançar muito nas discussões sobre uma política cultural para o cinema brasileiro, o que deixou muitos participantes frustrados.

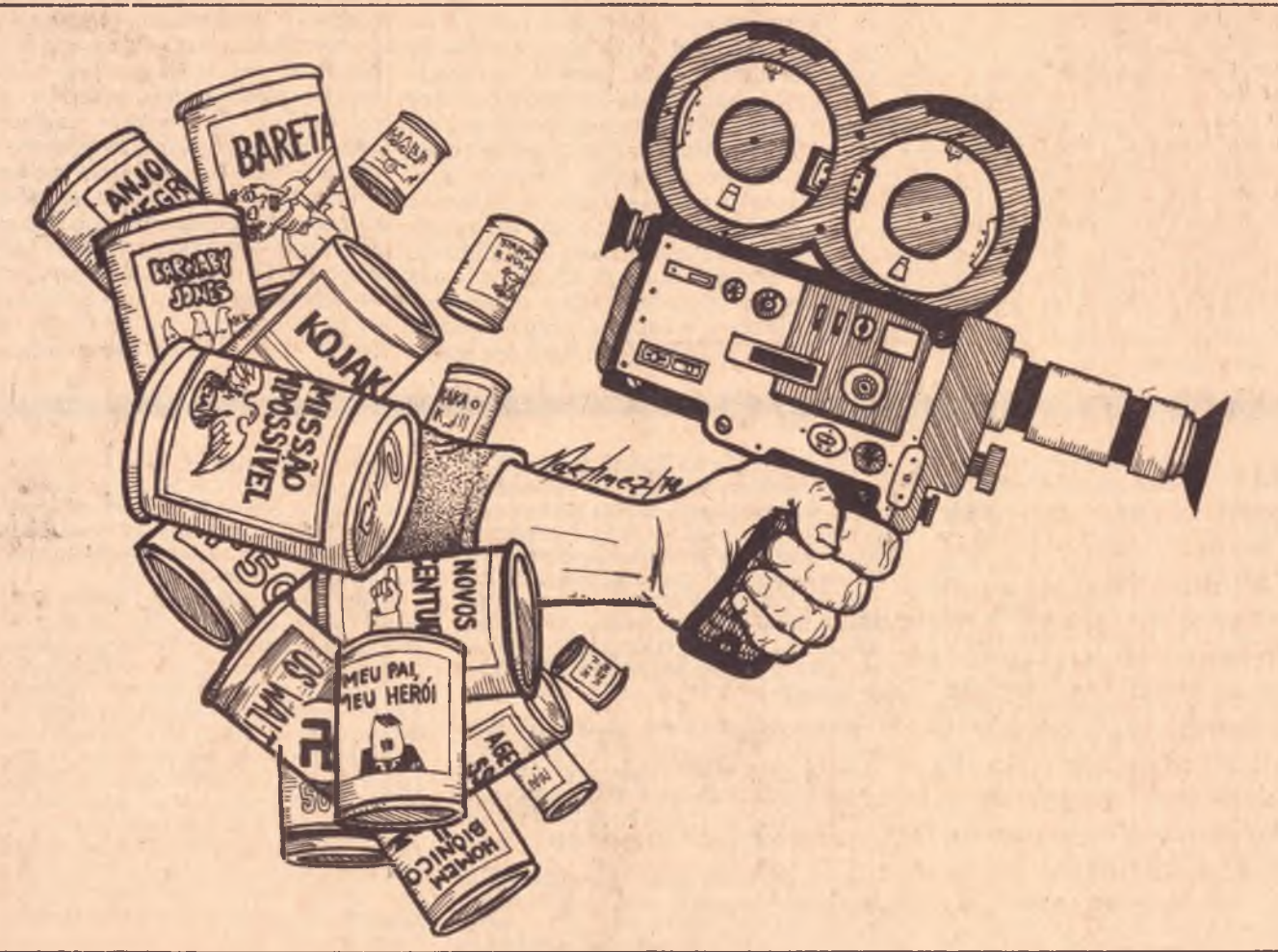
O fato é que, com o mercado praticamente aberto, embora ainda cheio de dificuldades para a colocação do filme, a grande questão colocada no momento é o que produzir e para quem. E neste ponto não se foi adiante.

Atormentados com o fato de verem a televisão e o cinema no Brasil invadidos por filmes estrangeiros, na sua maioria de péssima qualidade, os realizadores de cinema presentes à VII Jornada parecem ter desenvolvido uma fobia exacerbada contra a produção de outros países, passando a defender um "cinema nacional" que não tem ainda um projeto cultural claro.

Então, o combate ao domínio do mercado brasileiro por filmes estrangeiros tolhe o campo de visão e o debate sobre o produto nacional é feito de maneira débil e acrílica. Não se levantou, por exemplo, que um filme brasileiro pode ser tão ruim quanto um estrangeiro, se ele transmite valores contrários aos interesses de uma cultura que se pretende mais independente.

A questão de produzir para o mercado conquistado chegou a ser levantada, de maneira pouco conclusiva, em um dos debates entre cineastas e representantes de entidades cinematográficas, quando foi feito o alerta de que o curta brasileiro está a beira de uma crise. Esta crise deverá estourar já no próximo ano, quando estará esgotado o estoque de bons filmes.

Pior ainda: o que está sendo produzido agora não está satisfazendo a expectativa em termos de qualidade técnica e de conteúdo. A contradição registra-se justamente no momento em que foram conquistadas as condições materiais e técnicas para se produzir um bom material. Diante disso, o diretor da Cinemateca do MAM, Cos-



me Alves Neto, defendeu a necessidade de traçar uma política cultural de produção, ultrapassando assim a fase de preocupação com a obtenção de meios materiais de produção.

O cineasta José Carlos Avelar chegou a advertir para o fato de que não existindo propostas novas, "um filme de picaretagem publicitária tem a mesma estrutura de um de conteúdo cultural".

Uma boa demonstração deste vazio de proposta cultural para o curta brasileiro foi a exibição dos 77 filmes inscritos no certame. A exceção de alguns poucos, a grande maioria foi considerada de baixa qualidade e nem mesmo os seus autores conseguiram explicar suas propostas, durante os debates, perdendo-se em afirmações subjetivas ou até mesmo apelando para lances sensacionalistas como aconteceu com Edgard Navarro, autor de "Exposed", que deu um autêntico show de strip-tease, depois de tentar explicar o seu filme sem conseguir.

Cineclubes de fora

O nacionalismo exacerbado sem uma proposta alternativa para uma política do cinema nacional preocupou principalmente aos cineclubistas. Para a VII Jornada estava marcada uma reunião de federações de cineclubes, convocada pelo Conselho Nacional de Cineclubes, que só não aconteceu devido à ausência do representante da entidade. E como os debates no certame estavam restritos a questão de comercialização e mercado do curta, os cineclubistas preferiram ficar de fora:

Os debates não levaram em conta o ponto de vista crítico, de ver o cinema como instrumento de reprodução de uma ideologia, afirmou Luis Antonio Costa, do Cine Clube de Cachoeira, no Recôncavo baiano. Para ele, o importante seria a discussão de uma proposta de modificação da linguagem do cinema nacional, que venha a romper com a linguagem do poder.

Problemas de mercado

A preocupação com o mercado, em detrimento da discussão do produto, talvez se justifique para os cineastas devido às várias dificuldades impostas para o cumprimento das regulamentações que garantem a exibição dos curtas brasileiros. No tocante à televisão, por exemplo, o problema foi muito bem definido pelo cineasta João Batista Andrade, que já realizou alguns trabalhos para a rede Globo. Segundo ele, o sistema de televisão brasileira cresceu a partir da década de 60 com o fechamento dos poderes democráticos. "E foi um crescimento que veio com uma distorção muito grande, porque ele tendeu para uma forma monopolista, assim como toda a economia brasileira na época".

Assim, o que está em jogo para os empresários é apenas o lucro e não a veiculação da cultura. Dentro disso, é que os enlatados estrangeiros passam a constituir-se na melhor opção comercial, pois

o seu custo é infinitamente menor, que o do filme nacional. E as redes de televisão contam ainda com a ajuda da censura no boicote de filmes brasileiros. João Batista cita que a Embrafilmes não conseguiu sequer formar um lote de filmes para televisão devido à censura.

No tocante às resoluções 18 e 19 do Concine, que obriga a exibição de um curta em cada programa de filme estrangeiro no cinema, as dificuldades também são inúmeras, que vão desde a fiscalização do cumprimento da legislação, até a existência de filmes que cumprem a lei, mas sem a caracterização de uma produção cultural, além da existência das grandes produtoras interessadas apenas no lucro.

Contudo, a solução destes problemas de mercado só será positiva, se ao lado disso houver uma definição clara do que se deseja produzir, o seu conteúdo e a quem vem sendo dirigida. Essa discussão iniciada sempre de maneira débil nas jornadas de curta metragem, poderá nas próximas se constituir em ponto central, pois de acordo com Regina Machado, coordenadora da Divisão de curta metragem da Embrafilmes, resta agora varar noites discutindo propostas de trabalho: "o momento é esse, e o que se tem de discutir é cinema e sociedade". Linalva Maria



De sete a dez. As terças-feiras, de 20 às 23 horas. No Campus da PUC-SP - Inscrições: CEDEC - rua Monte Alegre, 97 - Fone: 263-02-11, ramal 362 das 11 às 21

ZIMBABWE (ex-Rodésia)

Fracassa o plano da minoria branca



Mugabe (à esquerda) e Nkomo

Publicamos, na íntegra, uma entrevista concedida por Robert Mugabe, co-dirigente da Frente Patriótica do Zimbabue (ex-Rodésia), ao jornal Notícias, de Moçambique.

Robert Mugabe afirmou que os Estados Unidos e a Inglaterra estavam agora empenhados em conseguir um apoio para o "acordo interno" por parte de alguns nacionalistas, e consequentemente destruir o movimento de libertação. "Mas estas manobras foram denunciadas pelos países da 'Linha da Frente', que decidiram conceder um maior apoio para a intensificação da luta".

"Os anglo-americanos verificam que as bases por eles expostas para discussão, nas suas próprias propostas, destruiriam os seus próprios interesses, depois da independência. Tais bases são: Smith e o seu regime devem ser removidos e as forças deles devem ser desmanteladas e substituídas pelas forças de libertação. Os britânicos tinham aceito estas pré-condições. Agora abandonam as suas propostas e

apoiam completamente novas bases, que vão contra os interesses do povo do Zimbabue".

Ainda a este respeito o dirigente da ZANU disse: "... Estas manobras do imperialismo não são novas, há sempre manobras deste gênero quando a luta progride, há manobras internas e externas, na frente diplomática. Este é a estratégia do imperialismo, para travar a luta". Mugabe reafirmou que deviam realizar-se negociações justas em que todos falem a mesma língua; Smith e seu regime devem ser removidos. Sobre esta questão precisou: "Mas quando falamos que Smith deve ser removido não falamos dele como pessoa, mas de todo o seu regime. Se Smith for e seu regime ficar, não há absolutamente nenhuma mudança, um outro Smith virá".

Respondendo a uma pergunta sobre o processo de consolidação da

unidade no seio da Frente Patriótica, Mugabe afirmou: "Nós somos pela unidade baseada na luta armada. Da nossa parte, da ZANU, somos por um só exército e um só comando".

Questões internas

Prosseguindo, o co-dirigente da Frente afirmou que os guerrilheiros não podiam permitir que o imperialismo dividisse a Frente, para o que era necessário resistir às manobras e consolidar, discutindo, "as nossas questões internamente, de uma forma construtiva e objetiva".

Uma das nossas perguntas incidiu sobre as operações da guerrilha nos centros urbanos, um fato novo na luta de libertação dirigida pela Frente Patriótica.

Sobre isto, Mugabe revelou que as operações haviam sido iniciadas nas áreas rurais, porque em tais áreas os guerrilheiros têm maior facilidade de movimentação, e o apoio de uma população estimada em seis milhões de habitantes, contra um milhão nos centros urbanos. Por outro lado, as principais bases militares inimigas situam-se nos arredores das zonas industrializadas.

"Ano do povo"

Isto permitiu começar a luta com sucesso, disse Mugabe, que indicou que este ano tinha sido designado "Ano do Povo", no quadro da consolidação das conquistas do movimento de guerrilha nas áreas libertadas e da transformação da

luta numa guerra popular, "Não apenas uma guerra para o povo, mas também uma guerra pelo povo".

Mugabe acrescentou que uma das tarefas que neste contexto se impõe aos nacionalistas é a organização efetiva das populações nas áreas rurais totalmente consolidadas pelo movimento de libertação a fim de impedir a penetração do inimigo nessas regiões. "Assim, devemos organizar as populações, sob a sua própria administração, nessas comunidades, onde têm os seus próprios projetos para a agricultura, educação, serviços sanitários e também para a defesa, com o objetivo de transformar as regiões libertadas em verdadeiras bases revolucionárias. Somente quando tivermos este tipo de bases nas áreas rurais avaremos efetivamente para as cidades".

Mugabe, revelou, entretanto, que os guerrilheiros operam neste momento a cinco milhas (cerca de oito quilômetros) da capital rodésiana e que algumas ações - que têm colocado os colonialistas em pânico são efetuadas no interior de Salisbury.

Mas a guerrilha sistemática nas zonas urbanas, onde se situam principais alvos inimigos, será feita, como disse o dirigente nacionalista zimbabueano, depois da transformação das áreas rurais em bases revolucionárias, "no melhor momento, por nós escolhido".

Ian Smith e a lei marcial

A lei marcial entrou em vigor em Rodésia na última semana. A pena de morte, que não permite apelação à corte civil, foi instituída. Estão sendo convocados negros e brancos para o serviço militar. Enquanto isso, a proposta anglo-americana de realizar uma conferência com a participação de Ian Smith, seus colegas moderados negros (Muzurewa, Sithole e Chirac) a Frente Patriótica, os presidentes dos países africanos vizinhos e a Grã-Bretanha, foi se dissipando aos poucos e hoje engavetada.

O regime de minoria branca, que em 1965 declarou unilateralmente sua independência da Inglaterra, com sua política colonialista e de marginalização das grandes maiorias da população, teve, para se manter, que assinar um acordo com alguns líderes negros moderados. Este "Acordo Interno" concretizado a 3 de março de 1978 visa amenizar aspectos do regime racista, criando uma aparência de participação negra.

No entanto, ninguém acreditou na jogada e não conseguiu cumprir seu objetivo.

A proposta da Frente Patriótica do Zimbabue é a libertação nacional, com objetivos socialistas, segundo se definiu o próprio Mugabe. Foi formada dois anos atrás com a unificação da União do Povo Africano do Zimbabue (ZAPU), liderada por Joshua Nkomo e a União Nacional Africana do Zimbabue (ZANU), chefiada por Robert Mugabe e qualquer solução sem ela é ilusória. Os Estados Unidos e a Inglaterra não podem fechar os olhos a esta realidade e daqui decorre seu interesse num acordo amplo. Entretanto, a situação é grave e não é conveniente apostar numa só alternativa.

A principal esperança voltou-se então para a divisão da Frente Patriótica. Em Zâmbia, no dia 19 de agosto, Ian Smith conseguiu realizar um encontro secreto com Nkomo. Propôs ao co-líder da Frente que aceitasse um cargo no Conselho Executivo (o principal órgão de poder da Rodésia), mas, em troca, ele deveria abdicar imediatamente das lutas armadas e "rachar" a Frente Patriótica, isolando as forças lideradas por Mugabe. A tentativa de



Ian Smith

Smith partiu do princípio de que não tem qualquer chance a proposta de acordo com os três moderados, buscando assim obter "representatividade" às custas de Nkomo e da divisão da Frente. O que se sabe é que Nkomo não aceitou nenhum acordo, voltou a ordenar ataques contra o regime de Smith, condicionou seu retorno ao Zimbabue à entrega de todo o poder à Frente Patriótica, deixando bem claro que "o poder político-militar não é um problema de ordem individual, mas sim de todo o movimento de libertação". Desse modo, ficou patente que o tiro de Smith saiu pela culatra. Ao invés de dividida, a Frente Patriótica - apesar das divergências existentes entre os dois movimentos que a compõem - está mais unida, reafirmando que a vitória só será obtida por meio da luta armada.

Não é a-toa que Ian Smith, depois que Nkomo assumiu publicamente a responsabilidade pela derrubada de um avião de Air Rhodesian, proibiu "toda e qualquer atividade da ZAPU na Rodésia", decretando a lei marcial em todo o país. (Susana Rios)

Mercenários das selvas

Os Tonton macoute, a gente lembra: são os famigerados componentes da polícia secreta do regime haitiano; a DINA, do regime militar chileno, está quase todos os dias no noticiário, principalmente agora com o julgamento do caso Letelier nos Estados Unidos; pois bem, quem sabe quem são os Selous Scouts?

"Nós reduzimos um homem a nada, quando ele aqui chega nós o reduzimos a zero. Depois, reconstruímo-lo de novo de acordo com o que necessitamos aqui nos Selous Scouts."

Algumas pessoas poderiam dizer que se trata de um processo desumano - talvez seja...
Essas palavras, segundo a revista TEMPO (de Moçambique), foram pronunciadas cinicamente por Reid-Daly, mercenário e criminoso de guerra, treinador das tropas assassinas do regime rodésiano, as Selous Scouts.

Armed Forces é uma revista do regime sul-africano, também de minoria branca. Uma fonte insuspeita, portanto. Ela conta: "É do conhecimento geral que as forças de segurança da Rodésia não têm condições de prosseguir vitoriosamente (sic) com a guerra sem as qualidades únicas dos selecionados Selous Scouts".

O nome do acampamento - a base de treinamento - da organização é "Os que morrem, morrem - os que ficam, ficam". Wafa Wafa, que vem da língua Shona, Wafa Wasara, e tem esse significado. E não é para menos. Segundo os sul-africanos, dos selecionados recrutados, a maioria não sobrevive, depois dos treinamentos, para se integrar como efetivos dos Selous Scouts.

Os mercenários são leva-

dos ao limite da capacidade humana. São obrigados a sobreviver na selva, por tempos determinados, comendo ratos, cobras, carne de macaco. Aprendem a beber a água que se acumula nas carcaças dos animais - um líquido amarelado - a comer carne esverdeada, cheia de larvas, que só pode ser cozida uma vez antes de se tornar mortalmente venenosa.

Depois eles são preparados para viver como se fossem guerrilheiros. A fingir que são da Frente Patriótica. E matam civis, atacam sacerdotes, tudo para pôr a culpa nos guerrilheiros.

Os Selous Scouts têm sido utilizados também para fazer incursões militares em Moçambique. Armed Forces reconhece que, em 1976, os mercenários foram utilizados num ataque contra um cam-

po de treinamento dos guerrilheiros (Nyazônia), por sinal bem sucedido.

Hoje em dia, segundo a revista moçambicana TEMPO, os mercenários já não enganam ninguém. "A ação correta dos guerrilheiros, e a sua ligação cada vez mais estreita com a população do

Zimbabue, tornam cada vez mais ineficazes as atividades dos mercenários assassinos".

Os Selous Scouts foram organizados em outubro de 1974. Um dia, de acordo com os zimbabueanos, talvez seja possível revelar todos os crimes que até hoje eles já cometeram.



Esses mercenários matam populações desarmadas

VIRAMUNDO

NICARAGUA

O ditador começa a ceder



A ditadura de Somoza alardeou vitória, depois da Guarda Nacional, auxiliada por bandos de mercenários, ter destruído cinco das principais bases da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Uma vitória de Pirra. A economia do país está a zero. A própria Frente Ampla de Oposição, que convocou a greve geral, decidiu suspender-se depois de mais de um mês. "Não era mais necessária", afirmou um dos seus líderes, "pois o desgaste do regime chegou a um ponto limite". Os guerrilheiros deixaram as cidades e voltaram a ação, a partir das montanhas. O que mais se comenta (e espera) em Manágua é o próximo ataque, dessa vez contra a capital.

Este quadro, no qual pesam as pressões internacionais contra o regime, o ditador começou a ceder. A oposição liberal formalizou duas exigências "mínimas", gritaram para estabelecer qualquer passo no sentido da proposta norte-americana de mediação da crise: libertação imediata dos líderes da Frente Ampla detidos e suspensão da censura à imprensa. Menos de 24 horas depois, Somoza, após anunciar que aceitava a proposta de mediação encaminhada pelos Estados Unidos, ordenou a libertação de

sete dirigentes da Frente Ampla. E correram rumores de que o ditador já negociara com o emissário norte-americano, William Jordan, sua possível renúncia dentro de um prazo máximo de sete meses. O governo provisório para substituí-lo já está formado, inclusive com um membro indicado pelos sandinistas.

Na noite da última quinta-feira, em plena Assembleia Geral das Nações Unidas, o regime de Somoza voltou a receber um duro golpe, de repercussão internacional imediata. Um dos seus representantes diplomáticos, há 5 anos no ONU, Pagueo Fernandez, denunciou a toda a imprensa o genocídio praticado pelo ditador na Nicarágua e enviou uma carta de denúncia, detalhada, ao presidente da Assembleia. O diplomata, que pertence ao Partido Conservador (oposição legal), afirmou claro que, "a partir de agora corre o risco de ser o segundo Orlando Letelier das Américas" (referência ao ex-chanceler socialista chileno, que foi assassinado pela política política de Pinochet, num atentado no centro de Washington, no dia 26 de setembro de 1976). E, por vias das dúvidas, responsabilizou publicamente o regime por tudo que possa vir a acontecer a ele à sua família. (Cleide Ono)

CAMP DAVID

Os acordos "em separado"

O Parlamento de Israel aprovou os acordos de Camp David. O "dura" primeiro-ministro Menachen Begin, eleito sob plataformas expansionistas, por ironia, está sendo o candidato ao primeiro "acordo de paz" em que Tel-Avive aceita devolver territórios ocupados. É o caminho da "paz em separado", em primeiro lugar com o Egito, já considerado, pelos palestinos e todos os da Frente de Rejeição, "um traidor da causa árabe".

O presidente sírio, Hafez Assad (e mais a Líbia, Argélia e Iêmen do Sul, e a OLP, que compõem a Frente de Rejeição), estão desenvolvendo todos os esforços para ganhar a Arábia Saudita e a Jordânia por uma posição radical contra os acordos. Esses dois países, apesar de não terem apoiado nem nome da "unidade árabe", os acordos negociados por Carter, Begin e Sadat em Camp David, estão contra o que consideram "radicalismo da Frente de Rejeição. Tudo indica que, mais uma vez, o que os sauditas e jordanianos estão apenas realizando uma "pressão política" contra Israel para obter maiores concessões e preparem o terreno para as próximas negociações e não estão dispostos a defender, até as últimas consequências, a causa palestina.

Os acordos em separado e de cúpula, que deixam de fora o povo palestino, esquecem sempre que o Estado de Israel, criado pela ONU em 1948, não surgiu no árido e desabitado deserto, como diz a propaganda, mas sim nas terras onde moravam milhões de palestinos. Expulsos pelas armas - inclusive pelas ações terroristas da organização à qual pertenciam Begin - e dispersados pelas nações árabes, os palestinos acabaram sendo repirmidos também por "seus irmãos muçulmanos", como ocorreu na Jordânia de Hussein, no Egito de Sadat, ou mesmo pelas tropas sírias que participaram do conflito libanês.

Hoje, qualquer salvação de paz no Oriente Médio pressupõe, necessariamente, a criação de um Estado soberano pa-



Menachen Begin

lestino. Se Israel alega razões de segurança para combater tal saída - e Begin, mesmo depois de Camp David reiterou essa posição - também há Estados árabes que temem tal perspectiva, pelo potencial revolucionário que ela encarna: criado um Estado palestino, que certamente não facilitará dominações burguesas nem muito menos monárquicas de caráter semifeudal, o que se verá em cheque, no próprio mundo árabe, será o sistema de exploração existente na maioria dos países do Oriente Médio.

PORTUGAL

A desforra e o zigue-zague do PS

A lógica da vida política portuguesa é estranha. Ou, pelo menos, a lógica do Partido Socialista de Mário Soares. Derubado o gabinete do primeiro-ministro "presidencialista" de Nobre da Costa (isto é, de um primeiro-ministro imposto, por cima dos partidos, pelo presidente Ramalho Eanes), os mesmos socialistas que o derrubaram estão dispostos a apoiar um novo gabinete de "independentes" (entenda-se tecnocratas de fora dos partidos) e até a nomeação - de novo - do mesmo Nobre da Costa para assumir a chefia do governo.

A primeira derrubada teria, assim, o caráter de "desforra socialista" contra a demissão de Mário Soares por Eanes. Feita a desforra, porém, ou seja, derrubado Nobre da Costa uma vez, a honra já está salva e pode-se partir para o canchavo, para o apoio sem princípios. Na explicação de Mário Soares, revelada na Última quinta-feira, o problema está em que "a crise portuguesa é complexa e, por isso, é preciso ter paciência e esperar na oposição". Uma oposição que permitiria, segundo palavras do próprio ex-ministro, que membros do partido participem, se chamados, do gabinete de "independentes". Os mais otimistas acreditam que, seguindo o exemplo de outros partidos social-democratas europeus, o



PS português estaria disposto, de fato, a enveredar pelo caminho oposicionista, à espera de um maior desgosto do governo e de marés mais favoráveis para retornar ao poder. Enquanto isso, o potencial que se revelou logo após a Revolução dos Cravos, com intensa participação de massa, principalmente da classe operária, cada dia fica mais longe e deixa perceber, cada vez mais claramente, os caminhos que não devem ser seguidos para a vitória dos explorados.

JORGE SEMPRUN, EM ENTREVISTA EXCLUSIVA:

A estratégia do "eurocomunismo de esquerda"



Jorge Semprun explica porque o Partido Comunista Espanhol o expulsou e a Fernando Claudin, entre muitos outros. Na época, eles já defendiam uma alternativa socialista para a Espanha, enquanto Carrillo e a maioria da direção acreditavam na estratégia antifeudal e democrático-burguesa. Discute o problema das relações do Partido com as massas e apresenta, citando Claudin, a estratégia do eurocomunismo de esquerda. Semprun escreveu "A Longa Viagem" (1963), em que conta sua prisão e transferência para um campo de concentração nazista; "A Segunda Morte de Ramón Mercader" (1969) e, mais recentemente, "A Autobiografia de Federico Sanchez", que já vendeu, só na Espanha, mais de 250 mil exemplares. Federico Sanchez é o nome de guerra que foi usado por Semprun durante os anos de clandestinidade em que atuou na direção do PCE. Por Eder Sader e Jorge Mattos, de Paris.

A contradição entre o partido e as massas

Em seu último livro, você faz a crítica, a partir de sua própria experiência de um partido stalinista ou neostalinista, mas não fica clara a alternativa.

Com efeito, para isso o livro não tem resposta e nem creio que eu a tenha tão cedo porque uma resposta teórica à margem da experiência prática na Espanha, me parece ser um pouco precipitada. Mas existem certos elementos da experiência de outros países e de outros partidos que permitiriam tirar pelo menos algumas conclusões gerais. Existe, por um lado, um acúmulo de experiências que mostram até que ponto sem um partido revolucionário (no sentido genérico do termo) não há possibilidade de avanço da revolução. Por outro lado, existe uma experiência que mostra como um partido revolucionário é, ou costuma ser, o obstáculo principal do processo revolucionário. Ou seja, há uma contradição entre - para dizer numa palavra - os soviets, ou conselhos, e o partido. Isto se deu na revolução alemã de 1919 e na de 36 na Espanha.

No entanto, é evidente que as revoluções sem o partido ou contra o partido, o movimento de massas rapidamente se esgotou ou foi se decompondo. Isto em parte, devido à própria luta contra o partido e em parte porque ele necessita de um intelectual coletivo, como dizia Gramsci, um laboratório de prática e de teoria. Na grande vaga revolucionária de 36, na Espanha, isso fica claro na experiência anarco-sindicalista onde se concentravam as massas mais combativas. Chegou um momento em

que as direções anarquistas não conseguiram elaborar uma estratégia de ruptura nas condições da guerra civil, e, mesmo sem querer colaborar com a república burguesa, caíram nas formas clássicas de colaboração. Uma estratégia híbrida que não conduziu a nada. Enquanto isso a estratégia do PC era claramente a de reconstrução do aparelho de Estado burguês, colocando a revolução num leito que facilitasse a política soviética de alianças com as democracias ocidentais. Isto até 39 quando a estratégia mudou por completo e o partido se esqueceu do que ocorrera antes.

Voltando à questão, existem então dois aspectos a serem levados em conta, e que torna muito difícil afirmar algo de taxativo teórico. Mas o que já se pode afirmar com segurança e nisso creio que haveria acordo até com Carrillo - é a necessidade do pluralismo (mais que pluripartidarismo) revolucionário. Isto é, de conceber o avanço das massas através de um sistema fluente (como tudo na revolução) entre partidos, sindicatos, comitês de base, associações de moradores, todos os organismos possíveis, onde se estruture uma democracia de massas e um impulso de massas. É a experiência da Comuna de Paris afinal de contas.

Ali não existiam ainda partidos, mas já havia organismos de tipo jacobino e uma enorme democracia do povo em armas, dos clubes, das assembleias. E embora este pluralismo seja um dos lemas do eurocomunismo, não está hoje em ação na

Espanha. Ao contrário, o que desgraçadamente se tem visto é que, todas as formas que surgiram de democracia direta de base, em bairros, assembleias, movimentos de jovens e de mulheres etc, foram esvaziadas de seu conteúdo. Foram politizadas no mau sentido, transformadas em correias de transmissão. Embora não seja definitiva, essa é por enquanto a experiência. O problema é esse: como onde atuar para que, antes de mais nada, haja uma certa clareza em como construir esse pluralismo. Porque se trata de construir, não pode ser espontâneo. Como nesse pluralismo, se dá a dialética partido versus organismos, de massa, desde que, ora são os partidos que devem estar na vanguarda, ora devem ser arrastados pelo movimento de massa? É preciso ver como isto se realiza na prática.

Nesse sentido estou fazendo um trabalho sobre eurocomunismo e revolução, analisando o caso concreto da Espanha. Pretendo investigar as contribuições teóricas - que são só teóricas - do eurocomunismo, quais são seus elementos positivos e suas enormes falhas.

Mas fundamentalmente quero ver o que seria necessário para uma prática desse tipo porque se não houve uma prática de massas, o eurocomunismo não é nada. Se suas propostas são apenas conciliações de estado-maior para efeito de propaganda, então não servem para nada. Esse é o problema fundamental. Agora se pode prescindir dos partidos... não sei. Não é tão fácil.

"Carrillo e Brezhnev apóiam Suárez"

Em alguma medida você é sempre identificado com Claudin, que, em geral aceita as colocações do eurocomunismo, criticando seus desvios, digamos, de direita...

Sim, ele reelabora uma estratégia de esquerda do eurocomunismo. Pois é. Queremos saber como você vê o eurocomunismo?

Em primeiro lugar, é muito difícil falar em eurocomunismo. Creio mesmo que nem sequer existe uma real coincidência estratégica entre os três grandes partidos que parecem ser os padrinhos do eurocomunismo, isto é, o italiano, o francês e o espanhol. Mas creio que há um ponto comum entre eles, que é o aspecto direitista de fugir aos problemas concretos e práticos da transformação da sociedade. O "compromisso histórico" do PCI, a destruição da União da Esquerda na França, o Pacto de Moncloa na Espanha, são três formas diferentes de colaborar para a manutenção do status quo da sociedade capitalista. Porque no fundo, o fio vermelho que reúne as três estratégias, as três táticas, é a lembrança da estratégia frentista dos anos 30. Essa relação pode ser perfeitamente estabelecida e ademais Carrillo o faz sempre. Sempre que ele dá um modelo de eurocomunismo diz: "a Frente Popular na Espanha". Com o que desmascara o eurocomunismo, porque, na época, não houve passagem para o socialismo porque se negava o socialismo; não houve pluripartidarismo nem pluralismo, porque se liquidou com o POUM e se limitou a atividade da ala esquerda do PSOE, isto é, a ala de Largo Caballero, e se limitou a atividade dos anarquistas. Quer dizer, não houve pluralismo revolucionário, mas ao contrário. É um modelo lastimável.

Mas, se é difícil falar em eurocomunismo, eu penso que, na Espanha, pode-se falar de eurocarrillismo, no qual existem pontos que também se encontram em outras partes. São eles: uma certa necessidade de distanciar-se do modelo russo; uma certa necessidade de que o partido funcione de modo mais democrático e uma certa necessidade de afirmar a via democrática do socialismo.

Sobre o primeiro ponto, - e falo da Espanha - a crítica ao modelo russo, se for conseqüente e se desenvolver até o fundo, tem de desembocar numa estratégia de esquerda. Porque o modelo russo é o modelo stalinista, anti-socialista. Assim, a melhor crítica ao stalinismo é desenvolver uma estratégia de via ao socialismo. É o muito curioso que nos últimos tempos essa discussão e a crítica ao modelo russo estejam diminuindo. No Congresso do PCE não houve nada disso. Objetivamente existe uma coincidência entre a política de Carrillo de apoio a Suárez e a política exterior de Brezhnev de apoio a Suárez. Ou seja, é sintomático que o freio à crítica ao modelo russo coincida com o caminho aberto de apoio à transição em sua forma atual.

Quando ao problema da democracia no partido, é evidente que houve progresso. Comparado com o PCF, o PCE é seguramente um partido no qual existe muito mais liberdade de expressão. Mas é apenas um pequeno passo e não há porque assombrar-se. Liberdade de expressão faz parte da tradição comunista antes do stalinismo e não tem nada de novo. É, então, no melhor dos casos, a volta a uma tradição destruída pelo stalinismo. Mas uma liberdade de expressão não é ainda a verdadeira liberdade dentro de um partido comunista que deve ser a liberdade de documentos alternativos, linhas alternativas apresentadas a discussão. E isso não existe no PCE. O que hoje existe, é a possibilidade de críticas à alternativa estabelecida, o que é

diferente. Mas esse é um terreno em que devemos ser prudentes porque pode haver evoluções significativas.

E finalmente, o problema fundamental da via democrática ao socialismo. Ai, nenhuma das proposições eurocomunistas é convincente em relação ao problema de ruptura. Onde ela se situa? Pode haver transição ao socialismo sem ruptura?

Os eurocomunistas costumam sempre utilizar a metáfora "Não haverá assalto ao Palácio de Inverno". Mas ela não me serve para nada, desde que em Madrid não tem Palácio de Inverno. Todas as frases de Carrillo, ao tratar do Estado, voltam-se contra ele. É a velha tese que já se demonstrou mil vezes falsa, de ocupação do Estado desde o seu interior: "O Estado será posto do avesso como uma luva e servirá como punho do proletariado"... Esses absurdos. Mas sabemos que não é assim. A experiência dos Estados ocidentais não é a de que eles se tornaram mais penetráveis e frágeis. Ao contrário. São cada vez mais isolados das massas, cada vez mais autônomos e independentes da sociedade civil. Como, onde, de que modo se pode prever e teorizar



Como você vê a situação política na Espanha, sobretudo em contraste com os esquemas que o PCE utiliza para analisar as eventualidades da redemocratização no País?

Para isso eu retomaria a discussão de 1964 sobre a realidade espanhola que na ocasião motivou a nossa expulsão do partido, a de Fernando Claudin e a minha e posteriormente de outros camaradas.

Em primeiro lugar, dizíamos que na Espanha, sob o franquismo, haviam se produzido transformações econômico-sociais muito profundas que checavam toda a teoria herdada da IIIª Internacional sobre a revolução democrática como fase de transição, que, na Espanha, teria um caráter fundamentalmente anti feudal. Isto é, para nós dado o desenvolvimento das estruturas econômico-sociais capitalistas em todo o período franquista, já se colocava a questão da revolução socialista.

Naturalmente, isto não significava que a revolução espanhola que a Revolução de 17 na Rússia, nem que se colocasse de modo frontal, nem que fosse se resolver em três meses. Significava simplesmente, que o caráter da época revolucionária na qual entrávamos era de uma revolução socialista.

Evidentemente, dado o atraso de muitos aspectos da sociedade espanhola, o processo revolucionário teria que resolver muitos problemas da fase democrático-burguesa, situação que ademais se enfrentava em muitos outros lugares.

Em segundo lugar, e já fundamentalmente no campo político, defendíamos que a decomposição do sistema político franquista e a transição a formas de democracia parlamentar capitalista se produziriam pela conjunção de dois fatores: a própria necessidade do grande capital de encontrar outras formas de dominação, que se desgastavam as formas de tipo fascista franquista; e a luta de massas, necessária e fundamental para qualquer transformação em

qualquer direção, e que, portanto teríamos que continuar impulsionando (ainda que sem palavras de ordem tão irrealizáveis como "greve política geral", ou greve nacional pacífica ou ação democrática nacional, fórmulas algo metafóricas e religiosas).

A esta se opunha a análise majoritária de Carrillo e dos demais camaradas em torno dele.

Quanto à primeira questão, sustentavam que na Espanha não se colocava a revolução socialista, opondo a esta a estratégia da revolução democrática. Minimizavam as mudanças estruturais do capitalismo espanhol argumentando que nele o capital monopolista era uma superestrutura muito débil sobre um oceano de pequenas empresas. Quanto à segunda questão, consideravam que a burguesia espanhola era incapaz e portanto condenada historicamente a afundar-se com o franquismo. A discussão ficou nisso e fomos derrotados.

Respondendo à pergunta, o desmantelamento do franquismo depois da morte do ditador se produziu pela conjunção dos dois fatores que mencionei antes, agregados à pressão internacional que evidentemente desempenhou um papel no sentido de encaminhar a transição por certos limites e modos. O fato de que o partido tenha mantido a mesma estratégia, até depois da morte de Franco, impediu que ele utilizasse a fundo as possibilidades que a transição abria. O choque dessa estratégia com uma realidade diferente levou-o a uma virada direitista. Quer dizer, um maior realismo teria permitido um maior radicalismo no momento de transição. A ausência de realismo resultou numa posição muito tímida.

A transição foi levada sob controle de cima?

Controle absoluto, não. Sob controle, na medida em que uma transição que se dá sob lutas de massa importantes, permite um controle. Mas a transição está se dando sem modificação do aparelho de Estado. Por exemplo o chefe da polícia política em Madrid continua sendo o sr. Roberto Conesa que tortura os comunistas desde o ano 40 e que já em 1939, imediatamente após a vitória de Franco, organizou, como

provocador, junto a jovens militantes comunistas uma rede de socorro vermelho para os presos e logo que ela estava em condições de funcionar, mandou prender e fuzilar 13 companheiros do partido. E hoje nenhum dos partidos de esquerda o ataca por uma espécie de acordo tácito que existe de respeitar as formas da transição.

Isso não quer dizer que não houve modificações. Na cúpula do poder os homens do velho franquismo foram substituídos por homens da nova direita. Alguns são franquistas notórios, como o próprio Adolfo Suárez, que foi secretário geral do "Movimento", chefe da falange e diretor da Rádio Televisão Nacional. Ou seja, um homem-chave do sistema de poder franquista.

O aparelho de Estado não foi desmantelado e o aparelho econômico não foi sequer tocado, a ponto de que até mesmo leis franquistas de tipo nacional-sindicalistas continuam em vigor.

Mas, em que sentido houve então uma transição, se o aparelho de Estado permanece intocado?

Houve uma transição para uma democracia parlamentar de tipo burguês. Por exemplo, existe uma liberdade de imprensa total, salvo em questões referentes a sexo (poucas), ao exército e à monarquia. São os três pontos em que existe possibilidade de repressão penal no campo da imprensa e propaganda; de resto, na Espanha pode-se dizer tudo. A censura para cinemas e teatros também foi suspensa. Enfim, uma liberdade de tipo burguês ocidental.

A hegemonia nessa transição - a meu ver, precisamente porque não se soube utilizar as lutas de massa com essa virada de tipo oportunista que eu mencionava antes - é da burguesia. Ou seja, eu realmente acho que vamos desembocar numa democracia tipicamente capitalista parlamentar, quando talvez pudessemos ir longe mesmo sem a necessidade de recorrer a estratégias de tipo frontal, de luta armada. Teríamos podido conquistar mais. E aí vem o divórcio que está se acentuando, entre a política, o tipo de Estado que está se desenvolvendo agora e a sociedade espanhola.



Reunião do núcleo dirigente do PCE antes da expulsão de Semprun e Claudin

para efetuar na prática a ruptura, ainda que seja uma ruptura prolongada? Este é um problema candente, que não foi resolvido. Nem mesmo o trabalho de Claudin deu uma resposta para a questão. Mas que tem de haver uma ruptura, isto não tem a menor dúvida.

É certo que existe no "leninismo" codificado por Stálin uma série de elementos que é necessário abandonar. Mas há elementos no leninismo sem aspas, no leninismo de Lênin, que permanecem válidos, especialmente a crítica à democracia burguesa e a exposição do que é - do que poderia ser mas não foi - a ditadura do proletariado. Mas é que nunca houve de fato ditadura do proletariado. E a ditadura do proletariado é a democracia proletária.

O problema concreto da ruptura não está sendo elaborado pelo eurocomunismo, porque este é um problema que o eurocomunismo não quer enfrentar. Então o eurocomunismo é a expressão teórica da negação da revolução. Aliás, um dos argumentos mais sintomáticos

usados por Carrillo para justificar o abandono do leninismo é o de que o leninismo é o marxismo da época das guerras e dos enfrentamentos militares brutais e de que hoje, a crise revolucionária já não tem nada que ver com as guerras, que a guerra é impossível. Então, a guerra não é um fenômeno do nosso tempo? Mas se há guerra por todas as partes e os enfrentamentos armados se desenvolvem por todo o mundo!

Creio que no fundo há isso: a fuga da revolução. Todo o problema consiste então em elaborar a teoria e a prática da ruptura, nas circunstâncias concretas dos países capitalistas desenvolvidos, que com efeito, não pode ser o da insurreição armada, pontual e limitada do tipo "assalto ao Palácio de Inverno", nem a do partido único do proletariado, porque são outros tipos de iniciativas as que se produziram no Ocidente durante os auge revolucionários. Afinal a iniciativa dos conselhos alemães, dos comitês espanhóis, como a dos comitês,

não são expressão de países subdesenvolvidos. Ao contrário, o fenômeno dos soviets é a expressão de países bastante desenvolvidos.

Para mim a falha fundamental do eurocomunismo se estabelece nesses dois pontos. Em primeiro lugar, a crítica ao stalinismo não vai suficientemente a fundo para dar credibilidade a uma estratégia de esquerda. E em segundo lugar, inexiste uma formulação sobre a ruptura. Assim, penso que o problema atual, tanto na Espanha como na Itália e na França é o de reagrupar as forças teórico-práticas capazes de, dentro e fora dos partidos, em todos os lugares, elaborar essa questão concreta da ruptura pluralista, revolucionária, dentro de um sistema de capitalismo desenvolvido; dos instrumentos dessa ruptura: partidos, sindicatos, grupos, movimentos etc. Das novas vanguardas dessa luta. Esse é o problema fundamental e sobre ele o eurocomunismo, tal como até hoje se formula, não contribui com soluções que inspirem confiança.

Índios: emancipação é destruição.

Antropólogos das principais universidades do país se manifestaram recentemente contra o projeto de emancipação de grupos indígenas, defendendo a constituição de uma Comissão Pró-Índio. No documento que elaboraram, fundamentaram sua posição e alertam: "Emancipar grupos indígenas agora é pois entregá-los desarmados a forças infinitamente mais poderosas (grandes grupos empresariais) que lhes arrebatarão, em maior ou menor prazo, as terras a vil preço, absorvendo-os como mão de obra barata".

"Acusam-se às vezes os antropólogos e certos indigenistas de quererem preservar os índios em redomas, transformá-los em peças vivas de museu; e a opinião geral é de que "os índios têm o direito de ser como nós".

Os índios no Brasil estão em regime de tutela, e seu tutor é o Estado brasileiro. Isto significa que eles não detêm a mesma capacidade e responsabilidade jurídica dos demais adultos brasileiros. Significa também que o Estado tem o dever de zelar pela defesa de seus interesses. Assim, por exemplo, os territórios indígenas são de posse e usufruto dos índios, mas propriedade inalienável da União, o que os preserva da cobiça alheia.

Muitos grupos indígenas estão há longos anos em contato com a sociedade nacional, falam eventualmente português, podem se empregar mais ou menos seguidamente como mão-de-obra e pouco se diferenciam externamente da população regional. Esta semelhança aparente não impede que se mantenham características próprias que identificam o grupo como índio tanto para os seus membros quanto para os regionais. O Ministério do Interior fala atualmente em regulamentar a emancipação de grupos indígenas do regime de tutela, através de um decreto. Porque, argumenta-se, embora tão semelhantes à população regional, deveriam ser eles tutelados, tidos portanto como parcialmente incapazes diante da lei? A palavra emancipação tem assim o conotação de algo que libertaria um indivíduo injustamente tido por incapaz e o equipararia aos demais cidadãos. Ora isso é ver o problema às avessas, e isso em dois sentidos.

Integrar agora é entregar.

Primeiro, porque toda a História mostra a vulnerabilidade dos grupos indígenas brasileiros diante da ocupação econômica do interior do País: são uns 100.000 índios hoje, eram cerca de 1 milhão em 1900. Ora, estamos assistindo hoje à derradeira e talvez mais forte investida da expansão interna em todo o centro-oeste e norte do País, liderada por grandes grupos empresariais: momento pois particularmente inoportuno para deixar os índios desprotegidos. Emancipar grupos indígenas agora, é pois entregá-los desarmados a forças infinitamente mais poderosas, que lhes arrebatarão, em maior ou menor prazo, as terras a vil preço, por grilagem ou por execução de dívidas, absorvendo-os como mão-de-obra barata. A tais procedimentos já estão sujeitos muitos brasileiros e não há porque aumentar seu número. Dessa situação estão ameaçados tanto índios quanto posseiros: não se trata portanto de tomar o partido de um contra outro. Apenas parece-nos que o problema fundiário não pode ser, tanto em termos de justiça como por não ser viável, resolvido à custa dos índios.

Emancipar grupos indígenas agora é, portanto, em nome de uma igualdade entre os cidadãos, lavar-se as mãos de que lhes venha a acontecer. Ora o Estado não pode lavar as mãos...

É agora, mais do que nunca, o momento de cumprir essas responsabilidades, para que a emancipação, quando se venha a concretizar, se faça em condições propícias. E isto supõe transmitir aos grupos indígenas conhecimentos sobre a sociedade nacional e sua dinâmica, assim como devolver-lhes o exercício de tomada de decisões... Portanto, a emancipação é o desfecho de um processo que permite às populações indígenas optar por ela, em conhecimento de causa...

Diversidade e democracia racial.

Os índios são seres adultos. E são também, e é esse o segundo sentido em que a opinião pública se pode equivocar, respeitáveis em sua diversidade. Eles não têm apenas o direito de ser como nós, mas o de ser eles próprios. Diversidade não significa desigualdade: democracia racial não é necessariamente a fusão de todos em um modo de ser único, mas talvez o reconhecimento do valor de modos de ser diferentes...

...O respeito à diversidade é mais do que se aceitar e até admirar aqueles grupos que ostentam uma tradição cultural marcada, com cocares, pinturas e, de preferência, arcos e flechas. Muito mais difícil e igualmente importante é aceitar esses outros grupos que perderam sua língua e seus costumes tradicionais, e que teimam no entanto em se afirmarem índios. Há que entender que esses movimentos de reconstrução de uma identidade indígena entre grupos aparentemente semelhantes a qualquer grupo regional, significam a tentativa de recuperar uma imagem dignificante de si mesmos. E é precisamente por isso que não existem parâmetros outros para definir uma comunidade ou um de seus membros como índios senão aqueles justamente adotados pelo Estatuto do Índio de 1973, em seu artigo 3º, a saber que é índio quem se identifica e é identificado como tal.

Responsabilidade da Tutela

Não é pois o movimento de regulamentar a emancipação mas o de pensar nas responsabilidades da Tutela. Ao aprovar o Estatuto do Índio, o Estado se comprometeu a garantir proteção adequada às comunidades indígenas e sua cultura até que cheguem a situação de se integrarem harmoniosamente à nação. Uma emancipação depende de uma tutela bem sucedida. Ora, os recursos previstos para levar a bom cabo essa tutela não foram esgotados, daí o despreparo das comunidades para uma emancipação. Há, portanto, problemas muito mais prementes do

que regulamentá-la. Entre estes, figura em prioridade absoluta a demarcação das terras indígenas que pelo artigo 65 do Estatuto do Índio, deveria estar terminada até o fim deste ano. Estamos longe disso.

O domínio de uma extensão de terra, contínua, coletiva e inalienável é a condição necessária primeira para a sobrevivência de qualquer grupo indígena com dignidade. Mas não é suficiente. Nesta terra poderão os índios garantir sua subsistência segundo modalidades próprias, tradicionais ou não. Cabe ao Estado, quando requerido, orientar o grupo em novas técnicas produtivas e na comercialização dos excedentes para promover sua independência de qualquer ajuda eterna; cabe-lhe também prestar uma eficiente ajuda médico-sanitária e a proteção dos índios, sobretudo os recém-contatados das doenças que lhes transmitimos e os dizimam. Cabe-lhe a responsabilidade de uma educação que respeite as formas culturais, os valores e a dignidade da comunidade enquanto a oriente no seu convívio com a sociedade envolvente, ajudando-os a nela se moverem.

Comissão Pró-Índio

Nós antropólogos também temos responsabilidades diante das populações indígenas. Nós, que durante tantos anos tentamos ser os porta-vozes das populações indígenas, devemos apoiar qualquer iniciativa que delas parta de expressarem diretamente suas reivindicações. Nesse sentido, devemos apoiar a iniciativa recente de organização de uma Federação por parte de representantes de comunidades indígenas.

Compete-nos informarmos-nos completamente e informarmos a coletividade dos casos concretos e específicos de que temos conhecimento e assessorarmos, portanto, os órgãos públicos na procura de soluções adequadas aos problemas que vêm surgindo. Precisamos, no entanto, do concurso de indigenistas, juristas, médicos, religiosos, jornalistas e da população em geral para podermos obter algum resultado. Nesse sentido propomos a constituição de uma Comissão Pró-Índio, assim como a adesão a este documento, que pode ser enviada para um dos seguintes endereços:

Setor de Antropologia, Depto. Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, C.P. 8105, São Paulo; Depto. de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica, Rua Monte Alegre, 984, São Paulo; Conjunto de Antropologia, Depto. Ciências Sociais, IFCH - Unicamp, CP 1170, Campinas; Setor de Antropologia, Depto. de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 70 000, Brasília, DF; Depto. de Antropologia, Museu Nacional - UFRJ, Quinta da Boa Vista ZC-08, 20 000, Rio de Janeiro; Dpto. de Antropologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná; Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina; Centro de Documentação Etnológica, Museu do Índio, Rua das Palmeiras, Botafogo, Rio de Janeiro, 20 000.



Afinal, quem é da CIA: Ari Campista ou Lula?

Antonio F. Nunes

Qual o objetivo de todo esse embuste? Tudo isso faria parte de uma bem urdida trama da CIA e das multinacionais para enfraquecer o sindicalismo brasileiro, e talvez até com o propósito de impedir a consolidação da democracia no país.

O documento do sr. Ari Campista apresentado à CPI salarial e do sindicalismo acusando Lula de servir à CIA e aos interesses das multinacionais, merece uma análise acurada, dada a gravidade de que parece se revestir o assunto. De início, verifica-se uma contradição entre o presente e o passado desse velho dirigente sindical, que há 47 anos, subsiste a todos os regimes políticos brasileiros. Antes de 1964 e até 1970, o acusado de pertencer à CIA e estar comprometido com o sindicalismo internacional, era exatamente ele. Acusavam-no de favorecer o domínio do nosso sindicalismo pelos órgãos internacionais.

inclusive, a desacreditar personalidades ocupantes de altos cargos públicos, numa tentativa de quebrar a unidade do governo brasileiro. A acusação de Ari Campista, que não pode ser provada, como ele mesmo afirma, destinar-se-ia a macular, perante a opinião pública, a imagem do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, obtendo-se, com isso, o enfraquecimento desse novo sindicalismo, do qual Lula é seguramente o principal inspirador.

Antecedentes

Os antecedentes do sr. Ari Campista são um indicio de que ele poderia estar ligado aos interesses das multinacionais. No penúltimo congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), em 1969, e da qual é atualmente presidente, propôs a desvinculação definitiva dos órgãos sindicais brasileiros dos seus similares internacionais. Apoiando-se no sentimento nacionalista, que então dominava o povo brasileiro, o sr. Ari Campista conseguiu aprovação unânime do plenário. Mas ninguém percebeu a falsa posição do pelego; estava simplesmente brigado com seus parceiros internacionais, que haviam mudado de conduta diante dos problemas sociais gerados em seus países pela ambição de lucros das multinacionais. Estas, aproveitando-se do regime de repressão existente no Brasil, que impediu a movimentação operária e lhe impunha uma política de arrocho salarial, lograram produzir aqui com uma mão-de-obra muito barata. E transferiram ao Brasil o forte do seu planejamento industrial, criando o problema do desemprego em seus países de origem. O sindicalismo norte-americano alteraria então seus métodos de atuação, desenvolvendo a solidariedade internacional no sentido de combater o impatriotismo dos seus patrões.

Dessa forma, o sr. Ari Campista, em defesa dos seus interesses particulares, teria preferido ficar com as multinacionais, rompendo com seus velhos parceiros de sindicalismo. Agora porém, ele tanto acusa o Lula de pertencer à CIA como fala em jogo das multinacionais. Qual o objetivo de todo esse embuste? Tudo isso faria parte de uma bem urdida trama da CIA e das multinacionais para enfraquecer o sindicalismo brasileiro, e talvez até com o propósito de impedir a consolidação da democracia no País. Mas só o tempo dirá sobre isso. Limitemo-nos, por ora, ao terreno das hipóteses.

Comportamento & Intenções

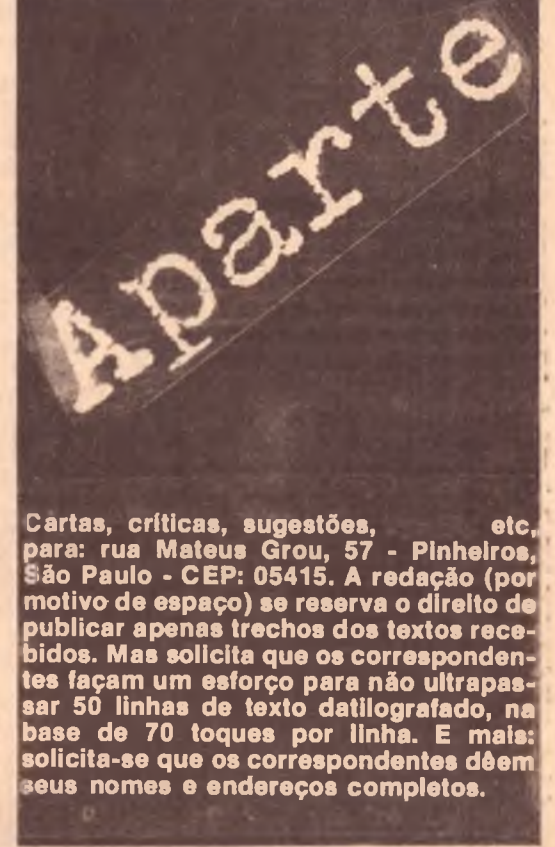
Essa condição era lhe atribuída por um movimento trabalhista bastante semelhante à atual vanguarda sindical, que vem tomando a si a tarefa de questionar a fundo os aspectos malféficos do nosso sindicalismo. Na época desponham dirigentes do mesmo quilate de um Luis Inácio da Silva, dispostos a liderar os trabalhadores em suas campanhas reivindicatórias.

Então ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, naquele mesmo ano inspirou um decreto-lei cassando a licença de funcionamento das entidades internacionais sediadas no País. Enquanto isso, alguns sindicalistas e a imprensa prosseguiram denunciando a intromissão das multinacionais na política, na economia e no sindicalismo pátrios. Foi quando a opinião pública tomou conhecimento de uma genial manobra para confundir a campanha antiimperialista em curso: uma denúncia de suborno da CIA, envolvendo os diretamente comprometidos com aquela campanha. chegou aos jornais.

O presidente da Federação dos Trabalhadores Químico-farmacêuticos, ainda não empossado, aparecia como o encarregado da distribuição de uma grande soma em dinheiro a sindicalistas, jornalistas, advogados de sindicatos, do delegado do Trabalho, ao chefe da Casa Civil do presidente Costa e Silva e até ao subchefe do SNI em São Paulo. Para o aperfeiçoamento da trama, figurava na relação dos beneficiados com a propina até um declarado agente da CIA, sr. William Medeiros, que atuava sob o disfarce de dirigente sindical dos comerciários norte-americanos, mas que, quando bêbado, revelava logo sua verdadeira identidade.

A Polícia Federal, depois de demorada investigação, concluiu pela falsificação da assinatura do presidente da Federação dos Trabalhadores Químicos, acusando de tal crime os ex-dirigentes da entidade, os mesmos anteriormente punidos por corrupção. Ari Campista manteve-se ausente de todos os acontecimentos, ou seja, nem participou da campanha sindical nacionalista nem esteve envolvido no desmascaramento do golpe de suborno.

Como se vê, há muita semelhança entre aquele fato e as atuais acusações formuladas pelo velho sindicalista. O objetivo da trama de 1967, como facilmente se deduz, seria alijar do cenário sindical os dirigentes mais aguerridos e que, de algum modo, se opunham aos projetos de dominação imperialista. A manobra visou,



"Se é para morrer, é melhor morrer lutando".

Se é para morrer, é melhor morrer lutando, esta frase, dita por uma dona de casa participante da Assembléia Geral do Movimento Contra a Carestia realizada no último dia 26 de agosto, na sede da FRACAB, representa bem as manifestações de cerca de 200 pessoas, vindas de mais de 30 bairros, sindicatos e entidades da Grande Porto Alegre, além de representantes do Movimento do Custo de Vida de São Paulo.

O Movimento Contra a Carestia, surgiu em Porto Alegre em maio de 1978. Esta foi a sua 3ª assembléia geral, resultado de inúmeras reuniões, encontros e contatos nos bairros, sindicatos e associações. Nesta série de encontros foi discutida a situação de miséria em que vive a maioria dos brasileiros: os salários archoados sobem pela escada, enquanto o custo de vida sobe pelo elevador; nosso solo, trabalhado pelos campo-

neses, produz muita comida, mas a maioria do povo brasileiro passa fome; a maioria dos brasileiros sofre e morre de doenças que seriam facilmente controláveis; os trabalhadores produzem, mas não recebem uma justa remuneração pelo seu trabalho; falta água esgoto, luz, calçamento, transporte, escolas, ambulatórios, creches etc; as tentativas de organização independente dos trabalhadores são violentamente controladas e reprimidas; o povo brasileiro não tem o direito de participar na determinação de sua própria vida.

Os depoimentos manifestos na Assembléia Geral do Movimento Contra a Carestia mostraram que a maioria do povo brasileiro está cansada de viver na miséria. As transformações necessárias para que todos vivam e trabalhem em condições decentes só virão se o povo lutar por elas. Só a união de todos os oprimidos, organizados

em amplo movimento popular, em torno de seus interesses, poderá produzir a força necessária para que as coisas mudem.

Por isso tudo, o Movimento Contra a Carestia propõe que se formem comissões de moradores nos bairros, comissões de trabalhadores nas empresas, comissões de estudantes nas escolas e outras formas de organização que unam e direcionem as lutas conjuntas pelas reivindicações populares.

O Movimento Contra a Carestia se propõe a ser um elo de união das lutas populares. Trabalhadores, donas de casa, estudantes, camponeses e demais oprimidos, nele encontrarão formas de luta pelo seus direitos e necessidades. O Movimento Contra a Carestia será aquilo que as classes populares dele fizerem. A Comissão Coordenadora do Movimento Contra a Carestia.

MDB: outro não ao adesismo.

O Setor Jovem Metropolitano de Porto Alegre se manifestou contra a atitude de 41 deputados do MDB que não compareceram para votar contra a manutenção dos senadores biônicos.

"Foi melancólico, lamentável e irresponsável o comportamento de determinados deputados do MDB nas votações das "reformas políticas" do governo no Congresso Nacional.

Se os adjectivos acima não caracterizam claramente o comportamento político e parlamentar desses deputados abstencionistas, podemos afirmar também que são objetivamente adesistas. Pois num momento em que o próprio regime vive uma profunda crise por seu isolamento e falta de sustentação política, estes senhores que se elegeram em nome de um programa que é o programa do Movimento Democrático Brasileiro, se encarregam de garantir ao governo a manutenção da esdrúxula figura do "senador biônico" com suas irresponsabilidades.

O programa do MDB é claro em relação às eleições diretas em todos os níveis, e no momento em que se apresenta a possibilidade de, via parlamentar, se derrubar parte do "pacote de abril". 41 deputados do MDB não compareceram para votar. Se estes 41 deputados cumprissem com o seu dever, para o qual foram eleitos e recebem salários, o "senador biônico" teria sido derrubado e haveria eleições diretas para duas vagas no senado, pois toda a representação parlamentar do MDB aliada com a dissidência arenista formaria a maioria.

Isto não pode ficar assim. Ou o MDB vota estes deputados nos eixos ou em 15 de novembro pagará como um todo pelas manifestações de adesismo que acabamos de assistir.

Mas independentemente do que resolverem fazer os dirigentes do partido, conclamamos a todas as bases partidárias do MDB, pois estas sim são realmente oposicionistas, a denunciarem publicamente os deputados que não foram votar contra as "reformas" e pela derrubada dos biônicos. Que seja a todos os eleitores oposicionistas não votar nos deputados "abstencionistas" em 15 de novembro.

No Rio Grande do Sul teremos serviço neste sentido, e começamos agora: O deputado Lauro Rodrigues também é responsável pela existência de Senadores Biônicos.

Porto Alegre, 22 de setembro de 1978
José Carlos de Oliveira
Presidente do SJM/MDB



GRAMMA - HAVANA 12/08/78: "A temporada do Teatro União e Olho Vivo se revestiu do maior êxito, foram realizadas dez apresentações, algumas delas em praça pública e com intensa participação popular

EL DEBER - SANTA CRUZ DE LA SIERRA 23/07/78: "O espetáculo Unidade e Ojo Atento foi acompanhado pelo público que lotou a Casa da Cultura com grande participação sendo atribuído ao

trabalho do Teatro União e Olho Vivo com demorados aplausos finais".

LA ESTRELLA de PANAMA 14/08/78: "Após a apresentação de ontem o grupo brasileiro União e Olho Vivo se coloca, sem sombra de dúvida, como a principal atração da "EXPO-PROCESO 78" da cidade do Panamá".

São comentários de jornais de Cuba, Bolívia e Panamá sobre o mais novo espetáculo do grupo paulista União e Olho Vivo, durante sua recente passagem

por aquelas paisas (além do Peru e Equador). O espetáculo, um show ainda inédito no Brasil, intitulase "Unidad Y Ojo Atento".

No próximo dia 9 de outubro, o trabalho terá sua estreia em São Paulo, às 21h, no Circo dos Bancários (Av. Voluntários da Pátria, 547), numa única apresentação em solidariedade aos jornais Versus e EM TEMPO. Reservas de convite: fones 280-4759 e 853-6680.

QUERO VOLTAR!

Exclusivo: "Não me importa de ser a última a voltar. O importante é pisar novamente em solo brasileiro". De Cuba, um depoimento de dona Tercina Dias de Oliveira, a "Tia", 65 anos, banida.

Os fatos batizaram 1970 como "O Ano dos Sequestros". Consequentemente, o início da proscrição, a era dos expatriados.

Tercina Dias de Oliveira, natural de Pernambuco, município de Barreiros, hoje com 65 anos de idade, é uma das protagonistas deste tempo que degredou pelo menos trezentos brasileiros, entre velhos, jovens e crianças.

Emocionada, em sua casa simples da periferia de Havana, Cuba, a "Tia", como é chamada por toda a colônia brasileira e pelos seus amigos cubanos - narra aqui a sua caminhada de lutas e de sofrimento, ao lado de seus cinco filhos, como se eles fossem os dedos de sua mão.

(Gentil Garcia)

Do Recife, saí em 1951. Fui para o Rio, onde vivi 11 anos. Sem marido e com cinco filhos: Sebastião, José Joaquim, Manoel, José Paulo e Sebastiana. Eu era costureira e o que ganhava era o bastante pra ninguém morrer de fome. O mais velho, José Paulo, tinha 13 anos. Como a maioria das crianças, era um menino travesso. Gostava de brincar, nada mais. Mas quando me sobrava um tempo, levava o menino a um sítio vizinho, onde colhiamos laranja e mandioca, para que ele fosse aprendendo a duzeza que é a vida. Sempre fui mãe que quiz que meus filhos trabalhassem e estudassem. Eles conseguiram trabalhar.

Um dia, meu filho José Paulo foi acompanhar um dos irmãos até Xerém, Estado do Rio. Para verificar se a estação estava longe ou perto, o menino expôs o corpo fora do trem e bateu a cabeça num dos postes que margeiam a ferrovia. A cabeça separada do corpo: foi assim que entrou meu filho. Não sei porque, todos queriam me confundir. A polícia e os funcionários do necrotério queriam me convencer que a vítima não era meu filho, que se tratava de um suicida qualquer. Eu não podia chorar, tinha que ser a mais forte, a mãe coragem. Era demais. Já tinha visto, horas antes, quando jogaram o menino no furgão do necrotério: corpo de um lado, cabeça do outro. Como se fossem objetos imprestáveis. Ali tomei consciência do quanto certas pessoas são desumanas. Para mim, foi um retrato da bestialidade, da falta de respeito ao próximo.

"Com 15 anos, Manoel tornou-se um militante sindical..."

Fomos para São Paulo em 1959. No Rio, emprego para menor era muito difícil. E Manoel estava prestes a completar 15 anos. Meses antes, eu

tinha viajado até São Paulo para inteirar-me sobre o assunto. Fiquei sabendo que no Senai era preciso frequentar seis meses de aulas e outros seis de aulas remuneradas. Me entusiasmei diante da perspectiva de ver Manoel com uma profissão no prazo de um ano. Infelizmente, não consegui matriculá-lo nessa escola porque as vagas eram poucas. Contentei-me em vê-lo empregado como aprendiz numa metalúrgica da Barra Funda.

Trabalhava das sete da manhã às dez da noite. Em pouco tempo, Manoel já fazia o trabalho do adulto e ganhava como menor. E aquela história do eterno aprendiz. O menino tomou consciência de que estava sendo explorado e foi procurar o seu sindicato. A coisa foi parar na justiça e eu tive que comparecer ao seu lado, pois era responsável por ele. O fato é que Manoel foi traído pelos companheiros de trabalho que, subornados ou ameaçados pelo patrão, testemunharam contra. Resultado: meu filho acabou perdendo todos os direitos.

Traído pela ignorância de seus companheiros, que não perceberam que para trabalhar ele era um maior e para receber era um menor. Manoel começou a se interessar pelos mecanismos do direito e da justiça. Primeira medida: associou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

Com 15 anos, o Manoel tornou-se um militante sindical. Enquanto isso, eu costurava para fora, para uma loja de confecções. Eu não era empregada, trazia o trabalho para casa, pois tinha que cuidar das crianças. Eu tinha consciência do sistema sindicalista no Brasil, de toda a sua impotência. Tinha a minha carteira de trabalho, de acordo com a lei; no entanto, não era registrada, em desacordo com a lei...

"A fase mais aguda de minha participação"

Eu ainda quebrava o galho costu-

rando prá cá e prá lá. E as outras, coitadas, que se matavam nas fábricas ganhando uma mixaria para ajudar o miserável do marido? É mais ou menos assim que a revolta vai criando vida. E foi assim também que decidi participar, militar e colaborar com meu filho, ao mesmo tempo em que criava os menores.

Foi nessa época que perdi o Netinho, um menino que eu criava e que morreu atropelado. Mas como sem crianças eu não posso ficar, logo adotei o Samuel, cinco anos de idade, para substituir o Netinho. Esta também foi a fase mais aguda de minha participação política. Parti para a clandestinidade, sempre ao lado de Manoel.

Em 1968, a greve de Osasco não teve o êxito que se esperava mas a repercussão foi das melhores. Quando intervieram no sindicato, Manuel estava lá, lutando, e teve que se refugiar. Diante da fuga de Manoel, a polícia resolveu prender José Joaquim, que ainda era menor de idade e trabalhava puxando terra na construção da rodovia Castelo Branco. Imediatamente, vou para a delegacia à procura de meu filho que, afinal, nada tinha a ver com o peixe.

Contudo, o seu interrogatório parecia que não ia acabar mais, até que surgiu um tenente arrotando auto-elogios sobre a sua perícia de detetive, sobre as investigações que havia feito em cima de mim, revelando que eu havia estado naquela tarde. Ironicamente, disse-lhe que me encontrava muito tranquila ao saber que minha casa estava sendo tão bem vigiada, que isso significava segurança para mim e para meus filhos.

Tia em Havana



ANISTIA

"A Anistia é uma medida que só se completa com o fim de todos os atos de exceção".

Ao conviver no presídio político de São Paulo, onde esteve preso de 1973 a 77, com companheiros condenados a longas penas de até 80 anos, Roberto Ribeiro Martins teve a preocupação em conhecer a história da anistia no mundo e particularmente no Brasil. "É preciso buscar a experiência do passado como contribuição para resolver o problema do presente", explica Martins, justificando assim seu livro "Liberdade para todos os brasileiros - Anistia Ontem e Hoje", publicado em abril deste ano pela Civilização Brasileira.

Iniciado na prisão, com a dificuldade de nem sempre ter acesso aos documentos necessários este livro foi concluído durante o período em que Martins ainda se encontrava em liberdade condicional. Paulo Ribeiro Martins e Luis Antônio Palmeira colaboraram em sua elaboração final, pois a intenção de contribuir para o debate hoje no Brasil sobre a anistia exigia que o livro atualmente em sua segunda edição fosse lançado o mais rapidamente possível.

Sempre defendi a anistia de caráter amplo, geral e irrestrito, mas se tratava então de buscar na experiência histórica os fundamentos que reforçassem esta minha posição afirma Martins, que em sua pesquisa encontrou 89 anistias de diferentes tipos no Brasil: parciais amplas e até condenatórias. O atento estudo de cada uma delas o levou a sete conclusões, das quais ele destaca duas.

1 - A anistia é uma tradição em nossa história e se deu ao fim de quase todos os movimentos revolucionários no país, com exceção da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana - a Revolta dos Alfiates.

E estas anistias se deram em situações diversas. Muitas vezes foram fruto de um movimento revolucionário, como em 1930 e 45, e no conjunto eram de caráter geral, como ocorreu inclusive em 1961



quando beneficiou os condenados desde 1934.

2 - A anistia por si só não é suficiente, se ao mesmo tempo em que houve a anistia não se estabelecer liberdades democráticas. Se os ideais revolucionários pela anistia não se realizavam a anistia sempre tinha muito pouca duração efetiva.

Como exemplo desta segunda conclusão Martins cita a Independência: No dia 8, Dom Pedro concedeu a anistia geral. Mas como era uma Independência formal muitos que foram anistiados e prosseguiram a luta pela República foram alcançados novamente pela repressão. Um dos políticos mais conhecidos desta época e que talvez tenha sido beneficiado pelo maior número de anistia, dez, é Cipriano Barata - o homem de todas as revoluções merecedor de um item especial no livro de Martins.

Anistia de 45

Além do distante período do império Martins lembra um exemplo mais recente: a anistia geral de

1945, quando todos presos políticos saíram das cadeias, os exilados voltaram e os que estavam na clandestinidade assumiram uma vida legal.

Como os que derrubaram Getúlio Vargas eram parte das forças que apoiavam o Estado Novo, as liberdades implantadas em 45 foram suprimidas em 47, com intervenções, cassação de mandados e novas perseguições, constada Martins, reconhecendo no entanto que anistia por si só foi interessante, mas que como as liberdades democráticas conquistadas foram efêmeras, os efeitos da anistia não foram duradouros.

Ainda em relação a anistia de 45, Martins faz questão de esclarecer que é incorreta a informação de que ela teria sido recíproca, ou seja, que teria atingido também aos executores da repressão: "A anistia beneficiou apenas os condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional". Segundo ele, houve o erro de não cobrar a punição dos executores da repressão, dos responsáveis pelos crimes cometidos pelo Estado Novo. Ao não se pôr a nu os crimes do Estado Novo não se vacinou o povo contra a tortura".

Exatamente o contrário do que aconteceu na Europa após o nazismo quando o julgamento de Nuremberg conscientizou o povo dos terríveis crimes cometidos e o educou para combater a tortura.

A ausência de punição portanto não deve ser confundida com a anistia recíproca. "O que se pode dizer, afirma Martins, é que os anistiados de 45 esqueceram seus algozes". E como prova disso ele cita uma declaração de Luiz Carlos Prestes, na época senador pelo Distrito Federal (Rio de Janeiro) pouco antes de ter seu mandato cassado:

"A anistia é esquecimento e eu da minha parte estou disposto a esquecer". Mas Martins acredita que este esquecimento não partiu do movimento de massas, sendo apenas o resultado de um acordo tácito entre os diversos setores que vinham discutindo negociando a anistia.

Anistia hoje

Com base não só suas convicções pessoais mas também, e principalmente, nestas experiências anteriores, Martins acha que hoje anistia por si só não é suficiente. Ela deve vir acompanhada de uma série de medidas: 1 - fim das leis de exceção 2 - fim do aparato montado para executar leis repressivas; 3 - estabelecimento de leis democráticas efetivas no país além disso, ele considera "necessário que se denuncie e investigue todos os atentados contra os direitos humanos", prevendo que devem ser beneficiados pela anistia os que foram atingidos, punidos ou processados pelos atos de exceção entre os quais, a lei de Segurança Nacional".

Esta anistia, evidentemente, seria "só para os punidos, e não se tem notícia de alguém que tenha sido punido por delito no exercício de ação policial e repressiva", esclarece Martins, excluindo totalmente a possibilidade de uma anistia recíproca. Ao contrário. Ele acha que

Peruibã. Levaram-me para a OBAN e lá fui humilhada e maltratada.

Em termos de tortura propriamente dita, levei palmatórias, exatamente porque não pude identificar um local que desconhecia. Fiquei uma semana na OBAN. Depois fui para o DOPS e ali permaneci quase um mês. A última etapa foi a Casa de Detenção, na Tiradentes. As crianças foram levadas para o juizado de menores.

Em junho de 1970, o sequestro do embaixador alemão. Jamais havia me ocorrido a ideia de sair do Brasil, mas a "troca" era a melhor solução naquele momento. Levei as quatro crianças, três meninos e uma menina, o mais velho com oito anos e o mais novo com um ano e seis meses, o meu netinho, filho de Manoel, que nesta altura dos acontecimentos, estava refugiado. Fomos direto para a Argélia. Ali permanecemos de 15 de junho a 25 de julho de 1970.

Poderia ter ficado na Argélia, havia ótimas condições para isso. Mas preferi Cuba, onde a identidade com o idioma e com o povo, parecidíssimo com o nosso, seria muito mais fácil. Morei os primeiros cinco anos em Siboney, tradicional bairro de Havana. Uma vida preenchida com amizade, solidariedade e trabalho. As crianças, todas trabalhavam e estudavam.

"Crime é esse desterro absurdo, que gera o destrocamento familiar".

Não me importa de ser a última a

voltar. O importante é pisar novamente em solo brasileiro. Tenho vínculos fortíssimos no Brasil: uma filha, um filho, 14 netos no Rio, irmãs e irmãos no Nordeste e muita saúde, mas muita saudade mesmo. Se desembarco no Galeão, vou correr para os braços dessa minha gente. Tenho poucas notícias deles, a correspondência é difícil.

Aqui não soufr crises de depressão, porque esta é uma casa alegre, que recebe manifestações de carinho a todo instante. Não me desespero, pois tenho paciência, esperança e confiança de um dia voltar ao Brasil. Acredito muito nesse movimento de anistia e nas mulheres que para ele trabalham. Todas tem que nos ajudar nessa tarefa pela anistia total e irrestrita.

O banimento é um castigo injustificável. Eu não poderia deixar de sair do Brasil. Para mim, não havia mais condições de sobrevivência: sem trabalho, meus filhos presos.

Não tinha a menor perspectiva. Tomaram até a minha máquina de costura. Lembro que um militar me disse: é um crime tirar a "Tia" do país. Crime é esse desterro absurdo, que gera o destrocamento familiar, o desmembramento dessa força.

Por isso que a anistia é uma decorrência inevitável, para mim para todos os demais, indistintamente.

Contudo, infelizmente, sinto um certo receio de não saber o que fazer com ela. Porque aqui, em Cuba, eu e minha família já não sofremos mais de desemprego, ignorância e miséria".

EM TEMPO!